

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

THAIS MACHADO

**“Dos porões da ditadura para a sociedade”: mulheres catarinenses na  
Comissão Estadual da Verdade**

FLORIANÓPOLIS  
Junho de 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

THAIS MACHADO

**“Dos porões da ditadura para a sociedade”: mulheres catarinenses na  
Comissão Estadual da Verdade**

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção  
de título de bacharel em História pela  
Universidade Federal de Santa Catarina sob  
orientação da Profa. Dra. Ana Maria Veiga

FLORIANÓPOLIS  
Junho de 2017





Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Curso de Graduação em História

**ATA DE DEFESA DE TCC**

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesete , às 14 horas e 00 minutos, na Sala 10 – Departamento de História, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>: Ana Maria Veiga (Orientador(a) e Presidente); Kauê Pisetta Garcia (Titular); Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>: Nashla Dahas (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 16/HST/CFH/2017, a fim de argüirem sobre o Trabalho de Conclusão de Curso da Acadêmica Thais Machado, intitulado: **“Dos porões da ditadura para a sociedade: mulheres catarinenses na Comissão Estadual da Verdade ”**. Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, a Acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>: Ana Maria Veiga, nota 10, Kauê Pisetta Garcia, nota 10, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>: Nashla Dahas , nota 10, sendo a acadêmica aprovada com a nota final 10. A acadêmica deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 06 de julho de 2017. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 28 de junho de 2017

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>: Ana Maria Veiga (Orientador(a))

Kauê Pisetta Garcia (Titular)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>: Nashla Dahas (Suplente)

Thais Machado (Acadêmica)





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
Campus Universitário Trindade  
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina  
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Thais Machado, matrícula n.º 13101896, entregou a versão final de seu TCC cujo título é "Dos porões da ditadura para a sociedade": mulheres catarinenses na Comissão Estadual da Verdade, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 04 de julho de 2017.

Orientador(a)

*À minha mãe, Lúcia, e à minha irmã, Alessandra,  
por me ensinarem, na prática,  
que luta é substantivo feminino.*

## **Agradecimentos**

É neste momento do trabalho que a razão nos foge e fica somente a emoção, por conta disto peço perdão desde já, àquelas pessoas que aqui não estão citadas, mas que me acompanharam na caminhada que é a vida, gostaria de afirmar também que os agradecimentos não são em ordem de importância. Sempre soube que em toda minha vida fui cercada por grandes mulheres, embora só tenha realmente me dado conta agora, quando me sento para escrever esses agradecimentos e percebo que em sua grande maioria os nomes são de mulheres.

Primeiramente agradeço às três principais mulheres de minha existência, que foram e que são minha base do que é ser mulher numa sociedade machista e difícil, minha querida mãe Lúcia, minha irmã Alessandra e minha prima Joseana, vocês três, que tantas vezes dividiram a minha maternidade e que ajudaram a me constituir enquanto mulher, uma mulher forte, como vocês, por me fazerem acreditar em mim e na vida e principalmente por serem mulheres guerreiras e verdadeiras lutadoras. Agradeço em particular minha irmã Alessandra, que deu vida ao Moisés, criança tão especial e amada, que não poucas vezes com seus olhos grandes e brilhantes me fez ver esperança onde já não restava mais, meu muito obrigada. Ao meu pai, Eriberto, e meus irmãos, Emanuel e Ricardo, meu agradecimento e amor.

Agradeço ao Matheus Santana Santos, por ter sido meu companheiro, amigo e por todo amor e dedicação que temos compartilhado, por todos os momentos passados juntos e principalmente por fazer com que todo o peso que tantas vezes carrego, desapareça.

Meu muito obrigada a Juliana Regazoli, que me ajudou no momento mais difícil da graduação: o início dela, Ju, obrigada por ter sido amiga, terapeuta, professora. Obrigada por ter apresentado o mundo com o Cainã, criança que é feita de doçura e amor, toda minha gratidão e amor por vocês dois.

Agradeço também a professora Juliana Miranda, por ter acreditado em uma menina magrela e cabeluda que, com 12 anos e na sexta série, já era metida a espertinha e dizia com convicção que seria historiadora, obrigada por todos os discos e livros compartilhados e principalmente, obrigada por me inspirar, enquanto mulher e enquanto professora. À professora Janine Gomes da Silva, minha primeira orientadora e com quem dei início a este trabalho no ano de 2015 com a disciplina de História de Santa Catarina e através dela que

consegui o contato das mulheres que aqui pesquiso. À professora Ana Maria Veiga por todas as vezes que me disse para respirar fundo, por conta do nervosismo, por ter aceitado me orientar na ausência da professora Janine, e por ter paciência para minhas crises de ansiedade, Ana que felicidade as deusas terem nos colocado juntas nessa etapa do caminho! À professora Renata por todos os chás e conselhos que me deu durante toda a graduação, alguns ainda levo comigo (os chás e os conselhos) e pela oportunidade de ter participado do Laboratório de História da Saúde e Sociedade (LABHISS), pelos frutos e amizades que este laboratório me deu.

Aos colegas da graduação, em especial da turma 2013.1 e aos amigos que cultivei ao longo desses nove semestres. Ao Guilherme Pagnoncelli, por ser um amigo querido e por me ouvir sempre, à Danielle dos Santos Dornelles por todas as nossas conversas profundas ou “supérfluas”, por ter sido minha dupla no artigo que me instigou para que este trabalho acontecesse, Dani, agora vamos rir de tudo isso! À Gabriela Lira dos Santos pelas manhãs de sol, pelas manhãs de chuva, pelas manhãs alegres e nem tão alegres assim. Amiga, obrigada por tudo que passamos juntas e principalmente obrigada pelo amor em forma de duas criaturinhas lindas. À Mayara Capistrano, pela experiência de estágio, por dividir a vida, as cervejas e as crises, May obrigada por nossa experiência, que foi positiva graças a ti!

À Cristiane Valério de Souza, a salvadora de assuntos estudantis, por todas às vezes que me tranquilizou em assuntos que eu estive desesperada e não via saída. Obrigada por tua dedicação à nós, estudantes da graduação, e por sempre ser tão querida e atenciosa.

À minha melhor amiga, Vanessa Suemi de Abreu, por ser tudo que és, felizmente és coisa demais pra que eu consiga colocar em palavras. À Caroline Lucelene da Silva, por ser meu destino de férias, por termos cultivado uma amizade tão verdadeira e bonita que nem o tempo (a falta dele) abala. Ao Kauê Pisetta Garcia, por dividir bibliografias e por ter aceitado fazer parte de minha banca. À Nashla Dahas por ter sido tão gentil e ter aceitado de forma tão empolgada fazer parte de minha banca. À Arminda Maria Mota, minha primeira chefe, que tornou-se amiga e mãe de coração. Obrigada por ter me escolhido como filha!

Às mulheres do Coletivo Memória, Verdade e Justiça, pelo convite para ir às reuniões e conhecer a todas, e em especial à Derlei Catarina De Luca, Marize Lippel, Rosângela de Souza e Marlene Soccas, por compartilharem comigo momentos tão importantes e marcantes em suas vidas.

À Jaqueline dos Santos Amaral, por todas as tardes que passamos juntas e por todas as conversas e aprendizado que compartilhamos, Jaque esses momentos me constroem enquanto mulher e como historiadora. Aos amigos que construí como estagiária no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, entre eles, Everson Felipe Adão, Fabíola Popenga e Maria Luíza, por terem me ouvido e dividido tantos momentos e cafés comigo e por terem acreditado em mim.

E por fim, mas não menos importante, às minhas tias da família Roza/Rosa e à minha avó Maria Filomena, por serem constituídas de luta, amor e compaixão, características nobres e cada vez mais raras nos tempos atuais, obrigada por serem essas mulheres maravilhosas!

Desta forma encerro aqui meus agradecimentos, não por ter finalizado a lista de pessoas a quem sou grata, mas por falta de espaço e porque neste momento a emoção já começa a aflorar a ponto de a memória falhar, peço perdão às pessoas que aqui não estão citadas, a memória falhou, por isso agradeço de forma especial a todas e a todos que acreditaram em mim e que fortaleceram a caminhada fazendo parte dela, meu muito obrigada!



*A verdade liberta todos nós do que ficou por dizer,  
por explicar, por saber.*

*Liberta daquilo que permaneceu oculto, de lugares  
que nós não sabemos aonde foram depositados os  
corpos de muitas pessoas.*

*Mas faz com que agora tudo possa ser dito,  
explicado e sabido.*

*A verdade produz consciência, aprendizado,  
conhecimento e respeito.*

*A verdade significa, acima de tudo, a oportunidade  
de fazer um encontro com nós mesmos, com a nossa  
história e do nosso povo com a sua história.*

Presidenta Dilma Vana Rousseff

Discurso da entrega do Relatório Final da  
Comissão Nacional da Verdade,  
10 de dezembro de 2014,  
dia dos direitos humanos,  
Brasília - DF

## **Resumo**

A Comissão Estadual da Verdade (CEV) teve sua instituição oficial em junho de 2013 e tinha como objetivo auxiliar a Comissão Nacional da Verdade (CNV) a examinar e esclarecer os graves crimes de violação de direitos humanos por questões políticas, durante o período de 1946 a 1988, colocando foco no período da ditadura civil-militar. Desta forma, tomou depoimentos de pessoas que tiveram seus direitos humanos violados pela repressão deste tempo, entre essas pessoas, destacam-se os depoimentos de mulheres, uma vez que durante muito tempo as mulheres foram relegadas ao silêncio da esfera privada. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar os depoimentos de quatro mulheres catarinenses, Derlei, Marlene, Marize e Rosângela, no dia 5 de setembro de 2013, sessão destinada às mulheres, e, através deles, perceber as relações de gênero que permearam sua atuação política, além de perceber de que forma essas quatro, e outras mulheres, auxiliaram para que a CEV pudesse alcançar seu objetivo final. A primeira parte do trabalho visa contextualizar a participação das mulheres no período ditatorial brasileiro, de anistia, de abertura política e na criação da CNV. A segunda parte visa problematizar a criação da CEV e a forma como as mulheres se mobilizaram para o funcionamento desta com o auxílio de entrevistas e da história oral. Na terceira e última parte faço análise dos depoimentos das quatro catarinenses para a CEV e visio problematizar o conceito de verdade e as relações de gênero presentes nas torturas.

**Palavras-chave:** Comissão Estadual da Verdade; Mulheres; Gênero; Tortura; Ditadura brasileira

## **Abstract**

The State Truth Commission (CEV) was officially established in June 2013 and was intended to assist the National Truth Commission (CNV) in examining and clarifying serious crimes of human rights violations for political reasons during the period between 1946 and 1988, focusing on the period of the civil-military dictatorship. This way, the Commission took testimonies of people who had their human rights violated by the repression of this time. Among these people, the testimonies of women stand out, for a long time women were relegated to the silence of the private sphere. In this sense, the objective of this work is to analyze the testimonies of four women from the state of Santa Catarina - Derlei, Marlene, Marize and Rosângela -, caught by CEV on September 5, 2013, in a session for women, and with them I will try to understand the gender relations that crossed their political action, in addition to realize how these four women, and others, helped the CEV to reach its final goal. The first part of the paper aims to contextualize women's participation in the Brazilian dictatorship, amnesty and political opening period, as well in the creation of CNV. The second part aims to problematize the creation of the CEV and the way in which women have acted for the functioning of the CEV. I will do that with the help of interviews and oral history. At last, in the third part I will make an analysis of the four women testimonies to CEV to question the concept of Truth and the gender relations during their prison and torture.

**Keywords:** State Truth Commission; Women; Gender; Torture; Brazilian dictatorship

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>12</b>
<b>1 “ERA A DURA, NUMA MUITO ESCURA VIATURA” - OS TEMPOS SOMBRIOS</b>	<b>16</b>
<b>1.1 “Para que nunca mais aconteça” - <i>Projeto Brasil: Nunca Mais!</i> .....</b>	<b>21</b>
<b>1.2 Da abertura política a criação da Lei 12.528/2011 .....</b>	<b>23</b>
<b>1.3 “Saindo das sombras e omissões” - a instituição da Comissão Nacional da Verdade</b>	<b>25</b>
<b>2 “UM PONTO DE PARTIDA PARA UM PAÍS MELHOR” - A CRIAÇÃO DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE .....</b>	<b>30</b>
<b>2.1 “Se não contarmos, quem vai saber?” - A organização dos depoimentos na Comissão Estadual da Verdade .....</b>	<b>32</b>
<b>2.2 Abrindo portas e porões – As mulheres e os depoimentos para a Comissão Estadual da Verdade .....</b>	<b>33</b>
<b>3 “CONHECENDO A DOR E SE RECONHECENDO” - DERLEI, MARIZE, MARLENE E ROSÂNGELA .....</b>	<b>36</b>
<b>3.1 “Então foi muito dolorido, muito dolorido” - Derlei Catarina de Luca .....</b>	<b>37</b>
<b>3.2 “Em cada depoimento revivemos tudo o que passamos”- Marlene Soccas .....</b>	<b>42</b>
<b>3.3 “Isso faz com que as pessoas se unam, se juntem” - Marize Lippel .....</b>	<b>45</b>

<b>3.4 “Não deixamos de sofrer de ser discriminadas” - Rosângela de Souza .....</b>	<b>48</b>
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>51</b>
<b>Fontes .....</b>	<b>53</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>54</b>



## Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar de que forma as mulheres catarinenses participaram da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Stuart Wright”. A Comissão Estadual da Verdade teve sua instalação em junho de 2013 e finalizou seus trabalhos, com a entrega do relatório final para a Comissão Nacional da Verdade em dezembro de 2014.

A Comissão Estadual nasceu com o objetivo de auxiliar a Comissão Nacional a “examinar e esclarecer as violações de direitos humanos praticadas por motivação exclusivamente política”<sup>1</sup> ocorridas no estado de Santa Catarina, desta forma as mulheres participaram de duas formas na Comissão, ora como testemunhas do momento citado, ora como organizadoras e auxiliares para que a Comissão pudesse cumprir sua finalidade.

Se a “história é a ciência do homem no tempo” (BLOCH, 2002, p. 55), dos homens dos grandes feitos, qual lugar seria destinado às mulheres? Este era um questionamento que me assolava desde os primeiros momentos em que estudei história nos bancos escolares, inspiravam-me os grandes homens históricos, poucas eram as mulheres que ouvia em sala de aula, ouvia sobre Joana D’Arc, Anita Garibaldi e vez ou outra sobre Anne Frank e durante certo tempo na adolescência me questionava se apenas meia dúzia de mulheres haviam se dedicado ao “feito histórico”.

Ao ingressar na graduação, me deparei com uma outra história, a chamada história cultural, que tem autonomia para abordar outros campos históricos; desta forma pude perceber que não apenas meia dúzia, mas que muitas mulheres participaram e participam de forma significativa da história, entretanto, foram silenciadas e invisibilizadas para que homens pudessem ocupar este lugar, o espaço público.

Este trabalho surgiu da junção de dois interesses que cultivei durante toda a vida de estudante, a participação de mulheres em espaços públicos que foram destinados aos homens durante muitos anos e ao período no Brasil durante os anos de 1964 e 1985, a

---

<sup>1</sup> [http://www.scc.sc.gov.br/?option=com\\_content&view=article&id=188&Itemid=344](http://www.scc.sc.gov.br/?option=com_content&view=article&id=188&Itemid=344) acesso em 29/05/2017 às 18:42.

ditadura civil-militar<sup>2</sup>. Durante a quinta fase ao escrever um artigo sobre pessoas catarinenses que foram torturadas, junto com minha colega Danielle Dornelles, percebi em uma entrevista com Derlei Catarina De Luca a necessidade de pesquisar os relatos de mulheres catarinenses que passaram por torturas. Através de conversas com a professora Janine Gomes da Silva cheguei até os depoimentos de mulheres para a Comissão Estadual da Verdade. Desta forma, minha problemática “de que forma as mulheres catarinenses participaram da Comissão Estadual da Verdade?” passou a permear todo o meu trabalho.

Ao perceber que pouquíssimas pessoas haviam pesquisado e escrito sobre as Comissões da Verdade e principalmente sobre a participação das mulheres nesse campo, que no caso da Comissão Estadual, não teria existido sem o trabalho intensivo delas, vi a importância e novidade de meu trabalho: analisar e escrever sobre as mulheres na Comissão Estadual da Verdade. Faz-se necessário problematizar o conceito de “verdade” entendido pela Comissão, como construir uma “verdade” única e absoluta (se é que essa existe) uma vez que as fontes são depoimentos orais, advindos de memórias que foram e que são construídas ao longo de todo o tempo.

Tendo em vista as conexões que podem ser necessárias para a execução do trabalho, a linha de pesquisa se utilizará da História Cultural, já que segundo Barros (2004, p. 55) foi esta que a partir das últimas décadas do Século XX, tornou-se mais evidente e precisa, por abrir-se a estudos mais variados da cultura popular e neste caso, a história das mulheres.

A metodologia por mim aplicada para que o trabalho se desenvolvesse foi a História Oral, que segundo Silvia Salvatici (2005, p. 29) tem mostrado similitude com a história das mulheres, uma vez que ambas foram produzidas por movimento sociais e políticos desenvolvidos a partir dos anos 1960 e por se tratarem de uma “história oculta”. Enquanto historiadores orais buscam construir uma história “vinda de baixo”, ouvindo as vozes das pessoas desfavorecidas, o estudo de mulheres na história buscou demonstrar o “papel vital” desempenhado por mulheres, no passado e no presente. (SALVATICI, 2005, p. 29)

---

<sup>2</sup> Alguns autores, como Marcelo (RIDENTI, 2001) e Daniel Aarão Reis Filho (2005), colocam que o golpe não partiu apenas do lado militar, mas de uma extensa participação da sociedade civil, imprensa e empresários, a autora compartilha dessa ideia.

Desta forma, minhas fontes para análise são os depoimentos de Derlei Catarina De Luca, Rosângela de Souza, Marlene de Souza Soccas e Marize Lippel para a Comissão Estadual da Verdade no dia 5 de setembro de 2013, sessão destinada às mulheres catarinenses que foram presas, torturadas ou que tiveram violados seus direitos humanos durante a ditadura civil-militar. Além disso, realizei entrevistas com Rosângela de Souza e Marize Lippel em fevereiro de 2017, em Florianópolis, e comunicação via e-mail com Derlei Catarina De Luca, que encontrava-se em São Paulo para tratamento de saúde, e com Marlene Soccas que reside em Criciúma. Todas as quatro prontamente aceitaram conversar comigo quando falei da proposta do trabalho, mesmo sabendo que era um assunto um tanto quanto doloroso para todas as quatro. Infelizmente, devido à distância não pude entrevistar Derlei e Marlene, entretanto as informações que me passaram por e-mail sustentam os questionamentos suscitados durante a escrita do trabalho.

Trabalhar com história oral é lidar com memória e é essa “[...] que recria um passado em comum, que fornece os fundamentos para que os seres humanos possam interpretar o presente, modificá-lo ou preservá-lo, e projetar o futuro”. (JOFFILLY, 2005, p. 47) Escolhi utilizar os depoimentos dessas quatro mulheres e pesquisar mais sobre suas vidas na militância política pois Derlei e Marlene foram presas nos conhecidos “anos de chumbo”, momento que ocorreu durante os anos 1968 até 1974 com a instituição e vigência do Ato Institucional nº 5 enquanto que Marize e Rosângela foram presas em um momento conhecido como reabertura política, pós instituição da Lei da Anistia. Dessa forma, busquei analisar as diferenças nas prisões, de um momento para o outro. Além disso, Rosângela de Souza e Derlei Catarina De Luca participaram da organização da Comissão Estadual da Verdade.

Como aporte teórico para uso de fontes, utilizo o trabalho de Silvia Salvatici, quando faz reflexões sobre a história oral de mulheres; de Alessandro Portelli, que entende subjetividade como “[...] o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso” (PORTELLI, 1996, p. 60); de Ana Maria Colling, que ressalta a participação de mulheres no período ditatorial; e de Elizabeth Jelín, que trabalha com gênero e memória, trauma, testemunho e verdade.

As quatro mulheres aqui pesquisadas já contaram e recontaram suas vidas e vivências de diversas formas, através de depoimentos a outras pessoas pesquisadoras, à

Comissão e até mesmo em livros - o que é o exemplo de Derlei Catarina de Luca, que tem sua autobiografia intitulada *No corpo e na alma*, e de Marlene de Souza Soccas com *Meu querido Paulo* -, que são aqui mencionados, mas não constituem objetos de pesquisa deste trabalho.

Cabe ressaltar ainda a dificuldade com que me deparei para encontrar bibliografia referentes às Comissões da Verdade no Brasil, talvez por este momento fazer parte de uma história muito recente do país, mas fica registrado a falta que a bibliografia sobre esse acontecimento faz.

O presente trabalho se divide em três capítulos, no primeiro busco fazer uma contextualização histórica do período da ditadura civil-militar, a participação das mulheres na resistência à ditadura, assim como os movimentos sociais que surgiram para denunciar as torturas que ocorriam. Tem como objetivo compreender o pano de fundo que sobre o qual se desenrolaram os acontecimentos que permeiam os depoimentos das quatro mulheres que aqui são pesquisadas.

No segundo capítulo, viso contextualizar a criação da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright, problematizando alguns pontos e trazendo para a discussão a participação das mulheres para que a Comissão pudesse cumprir seu objetivo final, desta forma, no segundo capítulo já faço alguma análise de minhas fontes; alguns depoimentos e entrevistas.

No último e terceiro capítulo, que é o principal para minha análise de fontes, tenho como objetivo, através da discussão sobre história oral e os caminhos de vida de Derlei, Marlene, Marize e Rosângela, analisar os depoimentos e entrevistas para Comissão Estadual e/ou para mim. Neste capítulo, viso observar em seus depoimentos as relações de gênero que permearam suas torturas e prisões.

Desta forma, busquei trazer para este trabalho, através dos depoimentos, a história não oficial, aquela que os “livros de história não contam”. Tendo como objetivo ouvir a voz das mulheres que durante tantos anos foram silenciadas, invisibilizadas e marginalizadas pela sociedade e pela história dita oficial.

## **1 “ERA A DURA, NUMA MUITO ESCURA VIATURA” - OS TEMPOS SOMBRIOS**

No dia 31 de março de 1964, no Brasil, foi deposto o então presidente João Goulart para que, através de um golpe, militares assumissem a presidência, usando como justificativa a defesa do país de uma possível ameaça de golpe comunista, por um período de 21 anos. Ao pensarmos na ditadura civil-militar que assombrou o país durante esse período, imediatamente recorremos à ideia de violência, visto que, visava-se acabar com todo e qualquer inimigo, que era qualquer pessoa que se opunha ao regime imposto (TELES; LEITE, 2013, p. 21), utilizando como apoio inúmeras torturas e Atos Institucionais. De acordo com Ana Maria Colling (1997, p. 22-23), podemos dividir este momento em três períodos, do ano de 1964, o ano do golpe propriamente, quando a violência contra militantes e as torturas já aconteciam, mas em uma escala um pouco menor, até a instituição do Ato Institucional nº 5; do ano de 1968 até 1974, momento de maior centralização política e repressão; e de 1974 com a revogação do AI-5 até 1978, período que marca o processo de reabertura política.

O segundo período de repressão conhecido como “os anos de chumbo”, marcaram a vida de muitas pessoas, por ser um período de violência generalizada e quase que escrachada, em que assassinatos, sequestros e desaparecimentos tornaram-se parte do cotidiano de militantes e familiares destes. Segundo Kauê Pisetta Garcia, o AI-5<sup>3</sup> é o que torna inegável que o país passava a viver numa ditadura, uma vez que permitiu que o poder executivo federal fechasse as câmaras federais, estaduais e municipais, cassasse os mandatos dos executivos e legislativos, demitisse juízes, legislasse por decretos, baixasse novos atos institucionais ou complementares, demitisse ou aposentasse compulsoriamente servidores públicos, e suspendesse os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos. (GARCIA, 2016, p. 21)

O que marca este período vivido no país é a montagem dos serviços de informações, iniciado já no ano de 1964, com o Serviço Nacional de Informação (SNI), segundo Colling (1997, p. 27) montou-se uma rede de informação na vida ativa do país

---

<sup>3</sup> BRASIL, Ato Institucional Nº 5, 1968.



A comunidade de informações era dirigida pelo SNI e por organismos militares e policiais como a CISA (Centro de Informação Social da Aeronáutica), Cenimar (Centro de Informação da Marinha), CIE (Centro de Informações do Exército), a Polícia Federal e as polícias civis e militares estaduais. Em 1969 é fundada em São Paulo a OBAN [Operação Bandeirantes] é precursora dos DOI-Codi (Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna), criado no ano seguinte e responsável pelas práticas de tortura no Brasil. (COLLING, 1997, p. 27)

Podemos dizer então que eram estes os que fizeram o “trabalho sujo” da ditadura civil-militar brasileira, uma vez que diversas torturas e mortes foram praticadas em seus porões, como por exemplo a Operação Bandeirantes, que por não ser um órgão “legal”, as pessoas eram sequestradas e levadas para as sessões de torturas, muitas morreram nesses porões e “desapareceram”, outras, depois de muitos tipos de tortura, iam presas e eram finalmente fichadas, como foi o caso de Derlei Catarina de Luca.

Ou seja, as torturas nos “porões” (OBAN, DOI-Codi) da ditadura aconteceram de forma silenciosa e silenciada, uma vez que as pessoas eram sequestradas e apenas eram presas e fichadas somente quando as marcas das torturas já tinham desaparecido ou diminuído. Quando iam à julgamento, já sem marcas de torturas, as pessoas torturadas denunciavam nos tribunais, mas de acordo com Mariana Joffily (2008, p.97), “os tribunais tinham uma aliança com os porões” de torturas já que além de acenar com um consentimento implícito para as torturas, creditava as pessoas torturadas muito sofrimento físico e psíquico para produzir respostas “verdadeiras”. Por conta disto, no título do presente trabalho, encontra-se o objetivo da Comissão Estadual da Verdade, retirar dos porões da ditadura vozes que durante tantos anos foram silenciadas e relegadas ao sofrimento para serem ouvidas por toda a sociedade.

Durante este período, visava-se aniquilar o inimigo do regime, que era interno; esse grupo visado era composto por mulheres e homens que lutaram arduamente, com seus corpos e seu sangue, contra o período ditatorial. Neste trabalho abordarei a vida e a resistência de quatro dessas mulheres, todas catarinenses, que foram presas e torturadas; “[...] o poder significava a repressão do cidadão, a imaginação era para os militares e não para a sociedade civil” (CANABARRO, 2014, p. 201); imaginação esta que era posta em prática nas salas de torturas em todo o território nacional.

O golpe foi sentido de formas diferentes em cada região do país e obviamente Santa Catarina não ficou de fora. Segundo Reinaldo Lohn (2014, p. 17), nos primeiros momentos o movimento golpista ganhou apoio no estado através do governador Celso Ramos, na capital através da mídia que apresentava a cidade como se nada estivesse

fora do normal<sup>4</sup> e através da Igreja, já que a cúria metropolitana convidou os católicos para a versão local da “Marcha da Família com Deus e Liberdade” e a queima de livros ditos subversivos da livraria de Salim Miguel, em plena Praça XV.

Dentro do Campus da Universidade Federal de Santa Catarina nesse período existiam os órgãos de informações, ASI/SNI, que enviavam seus relatórios e estavam constantemente atentos às organizações e ajuntamentos estudantis, sendo que, em alguns momentos, policiais passavam-se por estudantes e adentravam as salas de aulas para saber o que se passava. Além disso, durante o período de 1975 a 1977 muitas pessoas foram presas no estado através da denominada Operação Barriga Verde, em que Exército, Marinha, Polícia Federal, Polícia Civil e Aeronáutica se juntaram para perseguir todas as pessoas militantes do Partido Comunista em Santa Catarina, o que resultou em um total de 42 pessoas presas e torturadas nos porões da ditadura<sup>5</sup>.

Por mais que a mídia tenha em muitos momentos do regime escondido o que se passava no estado, dentro e fora das universidades aconteceram manifestações, perseguições, pessoas foram presas e torturadas, como as catarinenses aqui pesquisadas, mandatos foram cassados, como o do deputado estadual Paulo Stuart Wright, outras pessoas foram assassinadas como Higino João Pio, na época prefeito de Balneário Camboriú, assassinado nas dependências da Escola de Aprendizes de Marinheiros, no Estreito em 1969, e outras estão ainda hoje desaparecidas, como é o caso de Divo Fernandes D’Oliveira.

Em âmbito nacional, através do Ato Institucional número 2, em 1965, criou-se a ARENA, partido composto pelos apoiadores do golpe e que só aceitou como adversário um outro partido que era o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O Ato Institucional número três, em 1966, trouxe uma novidade: os governadores estaduais seriam escolhidos através de votações indiretas e estes nomearam os prefeitos das capitais estaduais. (LOHN, 2014. p. 23) Desta forma, como não poderia deixar de ser, todos os governadores de Santa Catarina durante o período apoiaram o regime autoritário e pertenciam ao partido vinculado aos ditadores.

Em Santa Catarina, os movimentos contra o governo ditatorial vão ganhando força, homens e mulheres iniciam suas lutas e resistências contra o regime imposto e é

---

<sup>4</sup> Cf. VEIGA, 2014, p. 325-357.

<sup>5</sup> Cf. MARTINS, 2006.

durante esse momento também que se formam os primeiros grupos feministas do estado. (WOLFF; MACHADO, 2014, p. 159) Nos primeiros anos de regime ditatorial houve uma mudança significativa na vida da maior parte das mulheres do país, uma vez que é a partir desse momento que as mulheres adentram de forma mais expressiva no mercado de trabalho. É interessante, então, pensar na situação da mulher enquanto militante dos anos ditatoriais, uma vez que estas rompiam com os padrões do que era ser mulher (mãe, dona de casa), da época, já que a parte da mulher, na sociedade, neste momento era totalmente privada, sendo o público/político voltado ao masculino, por este motivo, quando eram presas e torturadas, os torturadores, geralmente, tratavam de “tirar sua humanidade feminina” (MERLINO; OJEDA 2010, p. 17) Segundo Ana Maria Colling (2004, p. 1), a mulher militante cometia dois “pecados” aos olhos da repressão: o de ir contra o regime golpista e o de desconsiderar o lugar destinado à mulher na sociedade, ou seja, o espaço privado. (HENTZ; VEIGA, 2011, p. 151) Estas mulheres ultrapassavam assim o limite do que era visto como feminilidade e viravam “feras cruéis”.

As mulheres lutaram durante todo o período ditatorial, seja contra o regime ou atuando como apoio, procurando corpos de outras companheiras e companheiros que haviam sido mortos e mortas pelo regime, mas como aponta Maria Amélia de Almeida Teles (; LEITE. 2013, p. 54-55), embora as mulheres na luta contra a ditadura tenham se mostrado atuantes, comprometidas e dedicadas, poucas foram as vezes em que o comando coube a alguma, isso graças ao machismo e à ideia que existia no movimento de esquerda, que dava pouco ou nenhuma atenção ao feminismo, vendo então o “ser militante” como ser universal ligado, geralmente, ao masculino. As lutas por igualdade de gênero, dizia-se, iriam acabar quando a revolução comunista acontecesse, já que era por conta do sistema capitalista que a desigualdade acontecia. Dessa forma, as mulheres se “assexuavam” para continuar fazendo parte dos movimentos de esquerda e, não poucas vezes, foram relegadas às tarefas domésticas na maior parte do tempo ou com tarefas consideradas menos importantes, de acordo com Maria Amélia de Almeida Teles ao relatar suas funções, as “ordens” eram dadas pelos homens “sem travar nenhuma discussão política comigo que pudesse justificar meu empenho no trabalho”. (TELES, 2010, p. 285-286)

As torturas sofridas por mulheres eram marcadas pela depreciação dos seus corpos - muitas vezes grávidas, amamentando ou em período menstrual - e do estupro e

abuso sexual, além disto, na maior parte das vezes muitas mulheres eram vistas como inocentes úteis, que estavam na luta por conta de algum companheiro, entretanto, essa ideia é refutada, inclusive, com exceção de Marlene Soccas, que conheceu o movimento de esquerda e passou a militar através de Paulo Stuart Wright, com as três mulheres que participaram do movimento e que são apontadas neste trabalho.

Durante todo o período ditatorial, mulheres se organizaram de diversas formas na sociedade brasileira para denunciar as torturas feitas e reivindicar o fim delas; muitas militantes fizeram denúncias de dentro das próprias prisões para que houvesse um fim do regime e das torturas Marlene Soccas, escreveu uma carta para a Anistia Internacional e outras mulheres da sociedade brasileira se organizaram em passeatas e manifestações contra as torturas, resultando no Movimento Feminino pela Anistia, iniciado em 1975 através de Therezinha de Godoy Zerbini, uma militante e ex-presa política, e que foi alastrando-se por todo o país com grande adesão. Em Santa Catarina, o MFPA teve como uma das coordenadoras Marise Maravalhas, professora do Colégio de Aplicação da UFSC. (WOLFF; MACHADO, 2014, p. 173)

Desta forma, as mulheres foram vítimas duas vezes, já que quando não eram estas quem iam presas e torturadas, eram suas famílias que eram destruídas pela repressão (JELÍN, 2002, p. 105). Por conta disso foram importantes na resistência ao regime civil-militar, uma vez que, mesmo quando estas não eram militantes de partidos de esquerda, eram mães e/ou esposas de pessoas presas e cumpriam o papel de comunicar as prisões aos familiares e advogados, além de obter informações sobre a prisão, fazer visitas (quando esta era permitida), denúncias contra a repressão, e mobilizar o que fosse preciso. (WOLFF, MACHADO, 2014, p. 159)

No dia 28 de agosto de 1979, foi decretada a Lei 6.683, mais conhecida como Lei da Anistia<sup>6</sup>, que entre outras ações, anistiava presos ou exilados políticos desde 1961, trouxe de volta ao país exiladas e exilados que viviam em outros países, com exceção dos que haviam cometido atentados terroristas. Entre essas pessoas estava a catarinense Derlei Catarina de Luca, uma das mulheres pesquisadas neste trabalho e de fundamental importância no trabalho de Justiça, Memória e Verdade. Entretanto, a mesma lei anistiava também os militares e torturadores. Lei que, segundo Rosângela de Souza, foi totalmente diferente da que foi requerida nas ruas através dos movimentos

---

<sup>6</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm). Acesso em 18/03/17 às 18:56

sociais (SOUZA, 2013, p. 1), que pediam por uma anistia ampla, geral e irrestrita. Segundo Kauê Pisetta Garcia:

A forma frustrante como o processo de transição e anistia foi conduzido pode corroborar para a crença de que o regime queria ser esquecido. Existiam setores militares e civis da repressão que resistiam ao processo de anistia e à admissão de que teriam sido cometidos crimes contra os direitos humanos contra opositores políticos da ditadura militar brasileira. Considerando tais elementos, é possível considerar plausível esta intenção de esquecimento por parte dos militares. (GARCIA, 2016, p. 32)

Analisando a forma em que se deu a lei da anistia, podemos perceber que esta foi tomada por golpistas e apoiadores do regime, já que ao anistiar os crimes políticos do período ditatorial, instalava-se um silêncio que, se rompido, mexeria com estruturas militares, judiciais, civis e políticas que apoiaram o regime e as atrocidades nele cometidas.

Se faz necessário contextualizar o envolvimento de mulheres durante a ditadura civil-militar, e até mesmo os fatos que aconteceram em paralelo ao regime, para que haja uma compreensão melhor do pano de fundo sobre o qual se desenrolaram os fatos que permeiam os depoimentos das mulheres que participaram na Comissão Estadual da Verdade.

### **1.1 “Para que nunca mais aconteça” - *Projeto Brasil: Nunca Mais!***

Em 1979 enquanto o regime ditatorial ainda estava acontecendo, a Lei da Anistia havia sido aprovada, João Batista Figueiredo estava na presidência do país com o lema “João, o presidente da reconciliação”, pregando que através dele seria feita uma transição lenta para o regime democrático, Santa Catarina ficaria marcada pela “Novembrada”<sup>7</sup>, a primeira manifestação direta contrária a um ditador durante o regime no país, enquanto que em âmbito mais amplo nascia o *Projeto Brasil: Nunca Mais*.

---

<sup>7</sup> No dia 30 de novembro de 1979 João Figueiredo, ditador da época, decide fazer uma visita à Capital de Santa Catarina, para inaugurar uma placa, doada pelo mesmo, que homenageava Floriano Peixoto e para anunciar uma possível base energética de carvão, a SIDERSUL. O país estava em crise e o governador de Santa Catarina na época, Jorge Bornhausen não poupou gastos para a grande recepção, estudantes e população uniram-se em um ato contra João Figueiredo e os gastos de sua visita, que toma uma proporção maior que o esperado. Ao homenagear o tirano Floriano Peixoto, Bornhausen fazia também uma exaltação ao regime militar, o nome de Floriano pesa até hoje na história da capital do estado – Florianópolis. Essa manifestação ficou conhecida posteriormente como Novembrada, por ter acontecido no mês de novembro. (MIGUEL, 1995)



Tal projeto foi uma “[...] iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo” (ARNS, 2013, p. 17) na pessoa de Dom Paulo Evaristo Arns, mas com certeza contando com o apoio de todo um movimento social. E teve como objetivo o que o próprio nome já pressupõe, que nunca mais aconteça violência, injustiça e perseguições no País. Os projetos que tinham como palavra de ordem “*Nunca Más*”, ocorreram também na Argentina, Chile e Uruguai, onde existiram torturas e graves violações de direitos humanos através das ditaduras civis-militares. Segundo Mariana Joffily “[...]a busca de verdade e justiça, manifestada nos informes, tinha o objetivo muito mais ambicioso do que estabelecer fatos e vítimas; tratava-se de impedir, através de denúncias dos horrores cometidos pelos governos militares, que tais eventos pudessem ocorrer novamente”. (JOFFILY, 2011, p. 215) No prefácio do livro-denúncia *Brasil: Nunca Mais*, Phillip Potter, ex-secretário-geral do conselho mundial de igrejas, diz que o “[...] objetivo da tortura é reduzir pessoas a máquinas funcionais”. (ARNS, 2013, p. 17) A tortura no Brasil, durante o período em que militares estiveram no poder, ocorreu de forma sistemática, era ensinada em escolas de guerra, e teve como cobaias presas e presos políticos.

O *Projeto* teve o período de duração de seis anos, que foi de agosto de 1979 até sua publicação em uma grande obra em março de 1985; o objetivo era eternizar e denunciar as torturas ocorridas durante o período militar da seguinte forma: “Cuidando de reunir cópias da quase totalidade dos processos políticos que transitaram pela Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979, especialmente aqueles que atingiram a esfera do Superior Tribunal Militar” (ARNS, 2013, p. 20); além disto, através das pesquisas foram surgindo nomes e os torturadores foram ganhando identidades.

Como o nascimento e desenrolar do *Projeto* deu-se em pleno regime, aconteceu tudo em absoluto silêncio e na clandestinidade, através de advogados de clientes que estavam presas/os oficialmente e que podiam consultar os arquivos dos processos da Justiça Militar - onde muitas vezes a pessoa presa denunciava as torturas a que foi submetida - num período de 24 horas, sempre fazendo uma cópia de todo e qualquer documento e enviando-a para fora do país. (JOFFILLY, 2011, p. 216) Por medidas de segurança, na maior parte das vezes, o projeto utilizava palavras codificadas para proteger a continuação do mesmo e dos seus participantes, por exemplo “chocolate”, na verdade referia-se aos documentos secretos. (CUYA, 1996)

O livro-denúncia coloca trechos de depoimentos de torturadas e torturados sobre alguns métodos de torturas, que somados são mais de mil, já que muitas práticas foram sendo modificadas e complementadas de um lugar a outro. Marlene Soccas, na página 35, relata como é a cadeira do dragão: “Despida brutalmente pelos policiais, fui sentada na “cadeira do dragão”, sobre uma placa metálica, pés e mãos amarrados, fios elétricos ligados ao corpo tocando a língua, ouvidos, olhos, pulsos, seios e órgãos genitais” (ARNS, 2013, p. 35). A cadeira do dragão, descrita por Marlene Soccas, é conhecida como tortura clássica, já que em praticamente todos os relatos de tortura no país a cadeira do dragão está presente, em cada região sendo adaptada ou/e incrementada de uma forma diferente.

Quando foi publicado em forma de livro, em 1985, o *projeto Brasil: Nunca Mais*, chocou as pessoas; era o ano de reabertura política e fim da ditadura civil-militar. Para isso, na apresentação do livro-denúncia além de lembrar o dever do livro que era denunciar o que acontecia nos porões da ditadura, pedia-se que “ninguém termine a leitura desse livro sem se comprometer, em juramento sagrado com a própria consciência, a engajar-se numa luta sem tréguas, num mutirão sem limites, para varrer da face da Terra a prática das torturas”. (ARNS, 2013, p. 25)

O *projeto Brasil: Nunca Mais!*, que antecedeu as Comissões da Verdade no país, durante muito tempo foi o único projeto deste cunho, em que as pessoas torturadas denunciavam seus torturadores; por conta disso faz-se necessário citar o projeto sempre que fala-se sobre a criação das Comissões da Verdade, tanto pela demora para a criação da comissão, tanto pela importante luta de diversas militantes que já se mobilizavam para serem ouvidas.

## 1.2 Da abertura política à criação da Lei 12.528/2011

No ano de 1984 começou a “pipocar” no país diversas manifestações que foram conhecidas como “Diretas Já”. A população de então, cansada do regime autoritário que nessa altura já estava falido economicamente, saiu às ruas para protestar uma nova forma de fazer política, pedia-se a redemocratização e eleições diretas. O movimento aconteceu em todo o Brasil<sup>8</sup>. Em Santa Catarina no dia 31 de março de 1984, o jornal *O*

---

<sup>8</sup> Enquanto autora deste trabalho de conclusão não posso deixar de ressaltar que no momento em que estou escrevendo, acontece nas ruas de todo o Brasil, novas manifestações de toda a população que pede

*Estado*, tinha como manchete em sua primeira página “Povo na Praça XV pede as Diretas”<sup>9</sup>.

O ano de 1985 marcou então o último ano dos militares no poder no Brasil, e finalmente, embora que por eleições indiretas, um civil seria o novo presidente, Tancredo de Almeida Neves, coligado ao MDB e opositor do regime civil-militar. Entretanto, às vésperas de assumir o cargo, Tancredo ficou muito doente, vindo a falecer no mês de abril de 1985, por conta de uma infecção generalizada; assumiu em seu lugar José Sarney, que, ao contrário de Tancredo, era apoiador do golpe, chegando até mesmo a ocupar a posição de presidente da ARENA. Em 1986 foram realizadas as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a Constituição de 1988, a mesma que está em voga até os dias atuais. (GARCIA, 2016, p. 31)

Entretanto, como estabelecer um regime democrático em um país que em um passado recente praticava atrocidades contra seus cidadãos? Muitas famílias ainda choravam pelas mortes de suas filhas, esposas, irmãs, esposos e pessoas queridas nos porões da ditadura, enquanto que outras não faziam ideia de onde estava sua/seu familiar.

Em 1995, familiares e guerrilheiros que foram vítimas da Guerrilha do Araguaia, que aconteceu entre 1972 e 1974<sup>10</sup>, entraram em um processo contra a República Federativa do Brasil, na Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos exigindo que se tomasse alguma medida com relacionar mortos e desaparecidos. Quinze anos depois, em 24 de novembro de 2010, esses familiares tiveram como resposta a recomendação da criação de uma “comissão da verdade” para investigar as denúncias de crimes contra os direitos humanos ocorridas durante o período de 1964 a 1985.

Só que naturalmente a coisa nunca é geração espontânea e se não houvesse aqui pessoas que vivenciaram aquele período da ditadura militar e outras que estavam nessa luta também, pela construção de uma memória, pela construção da verdade, para que ela fosse relatada a verdade das pessoas e com isso houvesse justiça, né? (LIPPEL, 2017, p. 1)

---

por eleições diretas, já que estamos vivendo em um novo tipo de golpe – civil e midiático - que levou o vice-presidente Michel Temer, que tem grande probabilidade de estar envolvido com corrupção, ao poder com o impeachment inconstitucional da presidenta Dilma Rousseff em 2016.

<sup>9</sup> O Estado, 30/03/1984, p. 1.

<sup>10</sup> Entre 1972 e 1974, numa área de 7.000 km², à margem esquerda do rio Araguaia, no sul paraense, desenvolveu-se a chamada Guerrilha do Araguaia, sob a direção do PCdoB. Seus militantes foram deslocados para aquela região entre 1966 e abril de 1972. Um número indeterminado de camponeses locais teria se juntado a eles. (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 107)

Como lembra Marize Lippel, em entrevista, o momento da criação da Comissão Nacional da Verdade existiu graças a movimentos que vinham há muitos anos lutando para que a “verdade” e a memória do país pudessem ser trazidas à sociedade em geral. A lei de número 12.528 foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em novembro de 2011; em seu primeiro parágrafo é explicitado qual o objetivo da lei:

Art. 1º É criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. (BRASIL, 2011)

Ou seja, além esclarecer as graves violações aos direitos humanos, a CNV teve como objetivo mostrar à população brasileira, uma outra verdade. Para colocar a investigação em prática, a lei deu liberdade para a Comissão Nacional realizar perícia técnica, utilizar-se de documentos oficiais cedidos por órgãos estatais, sessões de depoimentos públicos voluntários ou não, já que alguns depoentes foram obrigados a comparecer (BRASIL, 2011). Desta forma, através da legalidade, foi feito o que se pedia há muitos anos nos movimentos sociais: a abertura dos arquivos do período ditatorial.

É interessante observarmos que, no momento de criação da Comissão Nacional da Verdade, o país passava por uma presidência de esquerda, representada através da figura de Dilma Rousseff, e que a história da então presidenta do país, relacionava-se com os anos de chumbo do nosso passado recente. Dilma participara do movimento guerrilheiro COLINA, Comando de Libertação Nacional, e conheceu, assim como as mulheres que neste trabalho estão inseridas, os porões e as atrocidades cometidas contra guerrilheiras e guerrilheiros durante o período em que o país foi governado por militares.

### **1.3 “Saíndo das sombras e omissões” - a instituição da Comissão Nacional da Verdade**

A instalação da Comissão Nacional da Verdade se deu no dia 16 de maio de 2012, ou seja, quase seis meses após a lei que instruía sua criação, e teve a validade de dois anos; durante esse período a missão da Comissão era apurar os crimes que ocorreram, as violações aos direitos humanos durante o período de 1946 a 1988, dando enfoque, é claro ao período ditatorial.

Art. 2º A Comissão Nacional da Verdade, composta de forma pluralista, será integrada por 7 (sete) membros, designados pelo Presidente da República, dentre brasileiros, de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos. (BRASIL, 2011)

De acordo com o artigo acima, a presidenta Dilma nomeou sete membros para comporem a Comissão Nacional, eram eles: Claudio Lemos Fonteles, ex-procurador-geral da República; Gilson Langaro Dipp, ministro do Superior Tribunal de Justiça; José Carlos Dias, advogado, defensor de presos políticos e ex-ministro da Justiça; José Paulo Cavalcanti Filho, advogado e ex-ministro da Justiça; Maria Rita Kehl, psicanalista e jornalista; Paulo Sérgio Pinheiro, professor titular de ciência política da Universidade de São Paulo (USP); e Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada criminal e defensora de presos políticos (BRASIL, 2014, p. 49), que, segundo a presidenta, foram escolhidos “pela sua competência e pela capacidade de entender a dimensão do trabalho que vão executar”<sup>11</sup>. A regra para coordenação da CNV seria de mandato trimestral, como previa o regulamento (BRASIL, 2014, p. 50), desta forma, inicialmente, a coordenação da Comissão ficou a cargo de Gilson Dipp, em setembro de 2012; quem lhe sucedeu foi Claudio Fonteles, que em 2013 renunciou ao cargo por conta de divergências entre os membros da Comissão, divergências estas como o fato da divulgação dos dados encontradas pela CNV durante seus trabalhos. Enquanto que Claudio Fonteles e Rosa Maria Cardoso da Cunha eram favoráveis a divulgação imediata do que fosse encontrado, Paulo Sérgio Pinheiro e Maria Rita Kehl discordavam e acreditavam que a divulgação só deveria ser feita de forma completa com a entrega do relatório, no ano de 2014. (GARCIA, 2016, p. 36) Com a renúncia de Fonteles, assumiu a coordenação Paulo Sérgio Pinheiro, que foi sucedido por Rosa Maria Cardoso da Cunha. Com a saída de Claudio Fonteles, quem entrou para a CNV foi Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari que assumiu a coordenação logo após Rosa Maria Cardoso e mais algumas vezes, sendo este responsável pela entrega do relatório. É importante ressaltar que todos os participantes da Comissão Nacional da Verdade, de certa forma, estiveram envolvidos com lutas pelos direitos humanos. Além de contar com esse grupo, a CNV contou com uma gama de parcerias sociais que auxiliou em seus trabalhos, como a OAB, universidades e faculdades onde professoras/es, estudantes e funcionárias/es foram presos ou prejudicados durante a ditadura civil militar e os órgãos e movimentos que lutam a favor dos direitos humanos no Brasil.

---

<sup>11</sup> Dilma Rousseff em seu discurso de instalação da Comissão Nacional da Verdade, 2012.



Para que os membros participassem da Comissão Nacional da Verdade foi disponibilizado um valor mensal de R\$ 11.179,36<sup>12</sup>. Os que fossem servidores públicos continuaram recebendo seus salários, acrescido o valor suficiente para chegar no que era previsto pela lei, foram também dispensados de suas funções, para se dedicarem em tempo integral à Comissão. Além do pagamento individual, e de acordo com a Lei, foi disponibilizado para os membros passagens e diárias para lugares que exigissem o deslocamento do grupo.

A CNV, em dezembro de 2012, foi subdivida em grupos de trabalho, com as pessoas que faziam parte do Colegiado, além de assessores, consultores ou pesquisadores, para assim permitir a descentralização das investigações e a autonomia da pesquisa; foram mobilizados 13 grupos de trabalhos. Além de facilitar o campo de pesquisa, isto foi extremamente importante para o relatório final, que em alguns momentos foi constituído por eixos temáticos e para tentar encaixar a especificidade de cada grupo atingido pelo regime autoritário.

As reuniões da Comissão Nacional da Verdade não tinham qualquer poder jurídico e, por conta disto, não poderiam por conta própria dar consequências judiciais ou criminais para os crimes que pudessem aparecer. Entretanto, a Corte Interamericana de Direitos Humanos deixa claro em sua sentença que, os relatórios da CNV poderiam vir a ser base para consequências legais, ainda que isto não fosse o foco da Comissão. (GARCIA, 2016, p. 36)

Talvez um dos grandes problemas da Comissão Nacional da Verdade no Brasil, tenha sido a demora que levou para ela acontecer. Se comparado com alguns países vizinhos, como a Argentina com a *Comisión Nacional sobre la Desaparicion de Personas (CONADEP)* e o Chile com a *Comision Nacional de Verdad y Reconciliación*, que criaram suas comissões logo após os golpes, o Brasil teve um atraso de quase três décadas. (GARCIA, 2016, p. 34) Ou seja, demoramos quase três décadas para saber o que ocorria dentro dos porões da ditadura civil-militar brasileira. Além disto, muitas memórias, principalmente no que dizem respeito às pessoas militantes, foram apagadas, o que em um trabalho desta extensão, em que utilizou-se o testemunho oral, com certeza ficaram partes faltantes. Embora no Brasil tenha existido o *Projeto Brasil: Nunca Mais* este foi considerado uma Comissão Não Oficial, exatamente por não ser de cunho

---

<sup>12</sup> Brasil, Lei Nº 12.528, 2011.

estatal, muito pelo contrário, como já mencionado anteriormente, foi criado através de membros da sociedade civil de maneira clandestina.

Segundo Kauê Pisetta Garcia (2016, p. 47), a Comissão teve muitas críticas, primeiro pela forma como as audiências eram conduzidas: muitos dos ex-agentes da repressão fizeram grandes discursos, quando não se apoiavam no Estado para justificar seus atos, a favor da ditadura e contra os militantes, os chamando de “terroristas”, utilizando assim da mídia para propagar essa ideia, quando, na verdade, a intenção da Comissão Nacional da Verdade era exatamente o contrário. De acordo com Reginaldo Benedito Dias (2013, p. 75), muitos ex-agentes e apoiadores do golpe defendiam a ideia de que os ex-militantes da esquerda revolucionária estivessem de acordo com o Estado para realizar o que não haviam feito em 1964, desta vez por meios democráticos.

Outra crítica que se dava, dentro e fora da Comissão, era sobre o fato da atualização dos dados encontrados, pois muitas famílias queriam saber o que estava acontecendo e as novidades que encontravam, mas só tiveram acesso em 2014, quando o relatório foi entregue, embora o relatório negue que isso tenha acontecido, afirmando que, por conta da Lei de Acesso à Informação (Lei no 12.527/2011), toda e qualquer novidade encontrada tenha sido divulgada.

A importância da Comissão Nacional da Verdade se deu pela quebra de silêncio que existia no país desde 1964, já que muitas pessoas, familiares de presas/os ou as próprias/os, se dispuseram a falar em suas sessões de depoimentos, mostrando assim como o testemunho ainda é um dos mais valiosos recursos para avançar nas investigações e, conseqüentemente, chegar onde a resolução previa que a CNV chegasse, já que muitos dos documentos oficiais foram queimados ou descartados pelos órgãos responsáveis.

Nesta parte da história recente do país, aconteceu o que poucas vezes acontece, predominou a história das pessoas que foram vencidas. Os golpistas podem ter ganhado nas armas e no poder, entretanto, são as pessoas vencidas/os, torturadas/os, presas/os políticas/os, guerrilheiras/os e clandestinas/os, quem ganharam nas letras (GARCIA, 2016, p. 42), uma vez que a esquerda, após e durante o golpe, escreve para não deixar morrer a memória, diferentemente dos agentes e apoiadores, que tentaram virar a página; por conta disto a versão da verdade foi muito mais difundida pelas pessoas vencidas através de fontes escritas, visuais ou auditivas, de modo que, por mais que se

tentasse esconder, se tornariam inegáveis as violações aos direitos humanos ocorridas durante o período.

A Comissão, com seu montante de informações e depoimentos, realmente colocou luz sobre um momento histórico sombrio em nosso país, entretanto, como foi e está sendo divulgado seu relatório? Existem professoras e professores utilizando deste material para trabalha-lo em sala de aula, será que as pessoas têm conhecimento do que foi a Comissão? E da importância deste trabalho para toda a sociedade brasileira?<sup>13</sup>.

Fazer um trabalho deste nível, em um país grande como o Brasil, no prazo de dois anos, é uma tarefa e tanto; por conta disso, através da Lei nº 12.998 foram acrescidos mais sete meses para a realização de trabalhos. Além disso, a Comissão Nacional da Verdade contou com o auxílio de Comissões Estaduais, para que todo o trabalho pudesse ser realizado de forma a cumprir seu prazo e objetivo e é por conta disto que em 2013 surgiu em Santa Catarina a Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright.

---

<sup>13</sup> Se a Comissão Nacional da Verdade deveria dar luz a um período onde as trevas, o silêncio e a morte predominaram, aproveito para fazer um questionamento. De que forma o relatório da Comissão está sendo utilizado no país? É interessante de pensar nisso, no atual momento, onde grita-se a plenos pulmões pela volta da “intervenção militar”, quando um deputado sobe a uma bancada com transmissão ao vivo para todo o país, cumprimento e dando vivas ao maior torturador da história da ditadura brasileira.

## 2 “UM PONTO DE PARTIDA PARA UM PAÍS MELHOR” - A CRIAÇÃO DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE

No dia 3 de março de 2013, o jornal online *Notícias do Dia* trouxe a novidade: “Santa Catarina terá Comissão Estadual da Verdade”<sup>14</sup>. O governador do estado, Raimundo Colombo, assinou no dia 1 de março, o decreto Nº 1.415 que criava a Comissão Estadual. A Comissão teve cinco membros escolhidos da mesma forma que os membros de Comissão Nacional, ou seja, através de sua “reconhecida conduta ética”, e teria como objetivo auxiliar a Comissão Nacional, no prazo de dois anos, com possibilidade de prorrogação para igual período.

A instalação da Comissão Estadual aconteceu no dia 03 de junho de 2013 e a Comissão levou o nome de Paulo Stuart Wright, deputado catarinense caçado e que desapareceu durante o período ditatorial. Um mês após a criação da Comissão, como ainda não haviam sido nomeados os membros, o Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça sugeriu que a composição fosse escolhida através de membros do Tribunal de Justiça, da Procuradoria de Estado, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Assembleia Legislativa e da sociedade civil<sup>15</sup>. Como o governo aceitou a proposta, as instituições enviaram os nomes indicados que foram os seguintes: Anselmo da Silva Livramento Machado, advogado, representante indicado da OAB; Derlei Catarina de Luca, ex presa política, representante da sociedade civil; Naldi Otávio Teixeira, procurador do estado de Santa Catarina e Rosângela de Souza, ex-presca política.

Diferente da Comissão Nacional da Verdade, os membros da Comissão Estadual não receberam nenhuma forma pecuniária para a realização da tarefa “por ser considerada uma atividade de relevante interesse público”<sup>16</sup>. As audiências da Comissão aconteceram às segundas-feiras, às 16 horas, nas dependências da Assembleia Legislativa.

---

<sup>14</sup> <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/santa-catarina-tera-comissao-estadual-da-verdade> acesso em 05/04/2017 às 18:52

<sup>15</sup> <https://coletivomemoriaverdadejusticasc.wordpress.com/relato-a-busca-da-verdade-por-derlei-catarina-de-luca-membro-da-comissao-estadual-da-verdade-sc-e-militante-do-coletivo-catarinense-memoria-verdade-justica/> acesso em 05/04/2017 às 19:10

<sup>16</sup> <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/santa-catarina-tera-comissao-estadual-da-verdade> acesso em 05/04/2017 às 19:18

“Governo do estado foi uma luta, não destinou nenhuma verba, nem pra tirar xerox, era uma dificuldade... o que ele nos deu foi uma secretária. Tá?! Uma pessoa que não tinha formação não sabia o que estava fazendo ali...” (SOUZA, 2017, p. 2) Através do depoimento de Rosângela de Souza, percebe-se que se não fosse o empenho das pessoas envolvidas e principalmente do apoio do Coletivo Memória, Verdade e Justiça, a Comissão Estadual de Santa Catarina muito possivelmente não teria conseguido alcançar os resultados atingidos, já que de apoio governamental a Comissão teve apenas a mencionada secretária, designada para auxiliar nas funções administrativas, que não estava inteirada do assunto além da disponibilidade de uma sala para as sessões da Assembleia Legislativa do estado.

Para colher depoimentos e documentação, a Comissão Estadual da Verdade teve que viajar pelo estado, além de viagens mais longas para encontros com outras comissões estaduais, e a verba para os deslocamentos saíram do bolso de seus membros ou melhor “membras”, já que a Comissão, segundo Derlei Catarina de Luca, funcionou graças a mulheres (DE LUCA, 2017, por e-mail).

O início da Comissão se deu pelo esforço do Coletivo Memória, Verdade e Justiça que existe em Santa Catarina desde a década de 1970, com o objetivo de esclarecer os desaparecimentos de catarinenses. O coletivo é composto, em sua maioria por mulheres, tendo atualmente um homem em sua composição. Quando quero saber a explicação deste motivo, Rosângela me diz que não é por falta de convite mas.

Porque a mulher geralmente ela cuida de atividades não remuneradas se não tá remunerado, é a minha avaliação, se não é remunerado o homem não quer, é a sociedade capitalista, machista... uma sociedade em que o homem pra se dispor a fazer alguma coisa que não seja remunerado tem que ser um grande militante, com uma grande consciência política, já a mulher não, ela sempre arranja um tempo. (SOUZA, 2017, p. 2)

De acordo com Elizabeth Jelín e para complementar a fala de Rosângela, são as mulheres que dirigem as comissões de direitos humanos que reclamam justiça e são mais vistas em manifestações procurando por apoio e justiça. Enquanto que são os homens os acusadores, os defensores, os juízes e os torturadores. (JELÍN, 2002, p. 99) E foi o que as mulheres que participaram da Comissão fizeram, arrumaram tempo, dentro de seus afazeres, dentro de suas jornadas de trabalhos, como nem todas eram servidoras públicas, que podiam afastar-se de seu emprego para dedicar-se exclusivamente à

Comissão, dividiam-se em tarefas, em viagens, tiravam uma ou outra folga no trabalho para que a Comissão se concretizasse.

Durante o tempo de funcionamento, a Comissão teve dois coordenadores semestrais, ambos homens, que foram Naldi Otávio Teixeira (2013) e Anselmo da Silva Livramento Machado (2014) que embora tenham se engajado da luta após a instituição da Comissão, não tinham qualquer envolvimento com movimentos militantes durante o período ditatorial. Além disto, em todos os depoimentos das mulheres entrevistadas por mim, o nome que mais destaca-se é o de Derlei Catarina De Luca, mulher que dedicou-se integralmente à Comissão; segundo Marize Lippel, a Derlei é um “patrimônio” e foi uma sorte tê-la na constituição da Comissão. O questionamento que se coloca é que, se existiram mulheres tão empenhadas e capazes dentro da Comissão Estadual, por que em quase dois anos de existência, somente homens participaram de sua coordenação?

Embora, oficialmente, apenas 5 pessoas tenham sido nomeadas, a Comissão Estadual jamais teria acontecido sem o aparato e ajuda de um grupo de mulheres que já participavam ativamente do Coletivo Memória, Verdade e Justiça, além do apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, ora na pessoa de Anselmo, ora em ajuda financeira para xerox e possibilidade de locomoção.

## **2.1 “Se não contarmos, quem vai saber?” - A organização dos depoimentos na Comissão Estadual da Verdade**

Da mesma forma que a Comissão Nacional, a Comissão Estadual organizou seus trabalhos em grupos afetados pela Ditadura Civil Militar da seguinte forma: Operação Barriga Verde, estudantes, advogados, mulheres catarinenses presas e torturadas e por cidades.

Em Santa Catarina, como já havia movimentos pela memória, verdade e justiça, desde 1979 existia uma lista de pessoas que sofreram torturas e outras formas de agressões durante o período ditatorial, esse levantamento foi feito por militantes e continha endereços, telefones e nomes, desta forma, o contato não se perdeu.

Derlei Catarina De Luca, uma das mulheres que fez parte da organização da Comissão é muito citada em todas as entrevistas, seja por ter se empenhado de forma árdua para que a Comissão de fato ocorresse ou por ter participado de muitos momentos

anteriores à Comissão e que pediam a reparação por tudo que o período ditatorial havia causado. Desta forma, é quase que indissociável a história de Derlei Catarina De Luca, e de outras mulheres que aqui se encontram, da história da própria Comissão Estadual da Verdade.

“E a Derlei é um patrimônio nosso, a Derlei é de 68, ela foi presa em 68, no último congresso de Ibiúna da UNE, depois foi de novo, depois quase foi de novo, ela conhece todo mundo, ela participa com todo mundo”. (SOUZA, 2017, p. 4) Algo importante de se observar nesse trecho são os laços. Esse momento traumático na vida das pessoas, trouxe também relações e laços que permaneceram, mulheres, e homens, que foram torturadas e presas juntas e que continuam juntas militando ou, se não militando, estão em contato, sempre sabendo onde está a outra, o que está fazendo. Como Derlei, que “conhece todo mundo, participa com todo mundo”, que criou laços e afetos com militantes de gerações diferentes do movimento estudantil.

## **2.2 Abrindo portas e porões – As mulheres e os depoimentos para a Comissão Estadual da Verdade**

A partir da organização, através de grupos, foram montadas as datas de depoimentos; sendo assim, a 11ª Reunião Ampliada que contava com os Depoimentos de Mulheres Catarinense que foram presas e torturadas ou violadas nos seus direitos humanos, aconteceu no dia 5 de setembro de 2013, às 14 horas, no auditório da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Entre os membros que compunham a banca estava presente José Carlos Dias, o então presidente da Comissão Nacional da Verdade. A Comissão Nacional da Verdade dá a seguinte caracterização para gênero:

Também pode ser conceituado como a qualidade do masculino ou feminino, definida a partir de uma elaboração que envolve aspectos sociais, culturais e biológicos. Embora as palavras *gênero* e *sexo* tenham o sentido do estado de ser homem ou mulher, elas são usadas de forma ligeiramente diferente: *sexo* tende a ser utilizado em referência às diferenças biológicas enquanto *gênero* refere-se às diferenças culturais ou sociais. (BRASIL, 2014, p. 401)

Desta forma, buscava-se, nos depoimentos para a Comissão, divulgar as violências de gênero perpetradas pelo Estado. Ainda que muitas mulheres que participaram da Comissão Estadual já participassem antes do Coletivo Memória, Verdade e Justiça, outras foram encontradas através da lista que vinha sendo preenchida desde 1979 e por conta dos laços que esse período traz.

Na lista oficial da Comissão Estadual da Verdade, foram levantados um total de trinta nomes de mulheres que sofreram graves violações durante o regime ditatorial, desses nomes sete mulheres deram seus depoimentos na sessão do dia 7 de setembro de 2013 que teve a duração de aproximadamente seis horas. Dos sete depoimentos, escolho quatro para analisar neste trabalho. Escolhi utilizar os depoimentos dessas quatro mulheres e pesquisar mais sobre suas vidas na militância política, pois Derlei e Marlene foram presas nos conhecidos “anos de chumbo”, momento que ocorreu entre os anos 1968 e 1974, com a instituição do Ato Institucional nº 5; enquanto que Marize e Rosângela foram presas em um momento conhecido como reabertura política, após a instituição da Lei da Anistia. Dessa forma, busquei analisar as diferenças da prisão de um momento para o outro. Além disso, Rosângela de Souza e Derlei Catarina De Luca participaram da organização da Comissão Estadual da Verdade. O objetivo do trabalho, desde o início, era pesquisar as mulheres catarinenses e, das outras três, duas são de outra naturalidade e a terceira ainda tem traumas tão grandes em relação ao período que levou seu depoimento escrito, então pude perceber que procurá-la para saber mais sobre esse momento poderia causar-lhe dores muito maiores.

Se há uma lista com trinta mulheres, me pergunto porque apenas sete, muito menos da metade, se dispôs a falar? Descubro que algumas já haviam falecido, devido ao tempo que a Comissão demorou para ser criada é possível que ninguém nunca as tenha escutado, outras não se interessaram em partilhar este momento de sua vida, algumas não foram encontradas e outras estão morando em diferentes estados (DE LUCA, 2017, por e-mail).

Segundo Elizabeth Jelín (2002, p. 82), pessoas que são testemunhas/vítimas de momentos traumáticos, tal como foi o período ditatorial, sentem vontade de contar o que lhes ocorreu, como se fosse uma necessidade para sobreviver, como se quisessem sobreviver ao terror para poder contar, enquanto que outras calam-se por falta de palavras e/ou de ouvidos para escutar.

O silêncio permeou durante muito tempo a vida de muitas militantes, era proibido falar, corria-se o risco da vergonha, o risco de perder empregos e sua vida profissional, como foi o caso de muitas. Entretanto, muitas mulheres foram motivadas pelo mesmo motivo a procurar a Comissão e dar seu depoimento, para romper com o silêncio, para construir uma nova história e assim uma nova memória.



É que foi tudo muito pesado, né... a história toda foi muito pesada, então esquecer, deixar que a história ficasse no passado, isso era mais pesado ainda. Então, melhor compartilhar essa história para que ela seja escrita, pra que ela seja resgatada e possa dizer pra outras pessoas “ó, aconteceu dessa forma”, não foi como tá escrito no livro, foi dessa forma aqui realmente que aconteceu. (LIPPEL, 2017, p. 6)

Embora as Comissões se denominem “da verdade” e como relata Marize, é preciso que seja escrito como “realmente” aconteceu, o que seria essa verdade? Existe só uma verdade dentro de um grupo tão grande e variado? A verdade, ou melhor as verdades, que a Comissão visou escutar e mostrar, eram de um determinado grupo que participou de uma determinada forma durante o período do regime militar. Assim, para outras pessoas que estiveram integradas de outras formas na sociedade, a verdade seja algo bem diferente do que foi explorado durante as reuniões da Comissão. Assim, por mais que a Comissão se intitule como Comissão da Verdade, é realmente impossível lidar com a ideia de verdade única e absoluta dentro da História, principalmente se quem constrói esta é um grupo específico. Por conta disto a Comissão constrói uma “nova verdade” (JELÍN, 2002, p. 84), entre outras verdades já existentes. Segundo Pollak (1992, p. 2), a memória é construída de modo a reforçar o pertencimento de um determinado grupo social, desta forma através de seus depoimentos, as mulheres que participaram da Sessão do dia 5 de setembro de 2013, viram-se representadas e integradas à um grupo maior para construir suas histórias e sentirem que “valeu a pena” (SOUZA, 2017) dar sentido ao que foi feito, o que em momentos traumáticos é necessário de se fazer.

Para Pollak, (1990; BOURDIEU, 1985; apud: JELÍN, 2002 p. 85) os modos de testemunhos mudam de acordo com e onde são solicitados; os testemunhos judiciais e de comissões de investigação, estão, segundo ele, direcionados pelo destinatário, enquanto que nos testemunhos de história oral há uma negociação entre entrevistado e entrevistador e, por fim, os testemunhos autobiográficos se tratam de interesse e decisão pessoal de falar publicamente por parte de quem faz. Por isso, cada uma destas modalidades são diferentes modos de espontaneidade e diferentes relações pessoais.

### **3 “CONHECENDO A DOR E SE RECONHECENDO”: DERLEI, MARIZE, MARLENE E ROSÂNGELA (LELÊ)**

As Comissões da Verdade tiveram como objetivo mostrar uma outra “verdade”, colocando em discussão o que durante muitos anos na história do Brasil foi contado como verdade em documentos oficiais, documentos estes em sua maior parte masculinos. Como salienta Silvia Salvatici (2005, p. 30), de que forma ouviremos as vozes das mulheres? O que a Comissão da Verdade fez durante seu funcionamento foi exatamente ouvir as vozes, tanto das mulheres como dos grupos que não poucas vezes foram invisibilizados, na história dita oficial, e se isolaram em seus silêncios.

Por conta disto, a história oral e os depoimentos para a Comissão compõe este campo histórico, juntamente com os documentos oficiais, mas não sendo considerados menos importantes ou inferiores a estes. Diferentemente do que se acreditou durante certo tempo, a história oral não serve para preencher lacunas mas, ao contrário, para contar a história da mesma forma que os documentos, sendo as fontes orais tão ou mais complexas quanto as fontes documentais escritas.

“A história oral, para o bem e para o mal, traz a memória em clima de tensão. O ambiente, a relação com a pessoa que entrevista, o momento da narração, tudo isso interfere no que é dito” (PEDRO, 2017, no prelo). Ao lidarmos com as histórias narradas e expostas lidamos com a “identidade” que foi construída por cada entrevistada até o momento de seu depoimento e que faz com que se integrem a um grupo, o grupo de militantes e a subjetividade, que é entendida por Portelli como o fim do próprio discurso. Segundo ele, “excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados”. (PORTELLI, 1996, p. 60)

Durante muito tempo a subjetividade era algo criticado no campo historiográfico, visto até mesmo como um problema que deveria ser superado através da comprovação da verdade através do documento, a partir dos anos 1980 e ainda hoje, a subjetividade, do contrário, é vista para algumas autoras e autores, como um “sinal de força, um indício vital para a modificação histórica” (SALVATICI, 2005, p. 33).

Por todos esses motivos lidar com história oral não é uma tarefa fácil, embora seja de uma importância sem tamanho quando lidamos com história do tempo presente e talvez até uma das ferramentas mais importantes para historiadoras deste período histórico. Analisar o depoimento de Derlei, Marize, Marlene e Rosângela, todas catarinenses, assim como as suas trajetórias de vida, traz um sentimento de responsabilidade, para que junto delas uma nova história seja construída e conhecida, principalmente em Santa Catarina, estado que, além de ter apoiado a ditadura de forma geral, fez silêncio durante muitos anos para as atrocidades cometidas por esse momento da história do país.

### **3.1 “Então foi muito dolorido, muito dolorido” - Derlei Catarina De Luca**

Derlei Catarina De Luca, nasceu em Içara, Santa Catarina. Desde o primeiro dia do golpe já se colocou em oposição ao regime que estava sendo imposto, era estudante de pedagogia na UFSC, participava ativamente do movimento estudantil e integrava o grupo Ação Popular (AP) criação da organização em meados de 1962, coroou a evolução em direção à esquerda que setores da Ação Católica já vinham vivendo há algum tempo. Mas foi somente em 1965 que a AP buscou definições políticas mais consistentes, culminando numa resolução que apontava claramente a utilização do pensamento marxista como método de análise e, em seguida, da luta armada como caminho necessário para a revolução. Entre 1966 e 1967, lideranças maoístas conquistaram a hegemonia na organização e introduziram mudanças bruscas, causando afastamentos, especialmente dos militantes cristãos. Em 1968, a AP se aliou ao PCdoB e passou a defender o mesmo caminho estratégico do “cerco das cidades pelo campo”. Em 1972, um debate sobre a incorporação da organização ao partido provocou mais uma cisão em que a maioria dos quadros ingressou no PCdoB. Os que permaneceram na AP passaram à formação de uma aliança com a Polop [Organização Revolucionária Marxista Política Operária] e o MR-8 [Movimento Revolucionário Oito de Outubro], constituindo uma Tendência Proletária, que, no entanto, se romperia algum tempo depois. Entre 1983 e 1974, a AP foi duramente atingida pela ação do DOI-Codi, que aprisionaram e executaram, sob torturas, importantes dirigentes como Paulo Stuart Wright e Honestino Guimarães, ex-presidente da UNE<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Cf. MERLINO; OJEDA, 2010, p. 182.

Derlei foi presa três vezes, na primeira delas com um grande grupo de catarinenses no Congresso de Ibiúna, em São Paulo, realizado no dia 12 de outubro de 1968, pela União Nacional de Estudantes, que na época estava na ilegalidade

[...] foi a maior prisão coletiva de que se tem notícia no Brasil. Mais de 700 jovens universitários foram detidos. A região de Ibiúna foi cercada durante três dias e, cedinho, soldados armados invadiram o local onde nos encontrávamos. Implantaram um clima de terror com tiros, rajadas de metralhadoras, empurrões, ameaças e gritos. (DE LUCA, 2002, p. 32)

Nesse dia, Derlei, assim como outras quinze estudantes, voltou para Florianópolis presa, no carro do general Vieira da Rosa. Em dezembro de 1968, ao ser decretado o Ato Institucional N. 5, a Ação Popular já tinha um destino para Derlei Catarina De Luca: a clandestinidade. No dia 24 de dezembro de 1968, véspera de natal, ela partiu de Florianópolis para Curitiba, para lá viver em um aparelho com outra militante, usando um novo nome - Deise Campos.<sup>18</sup> (DE LUCA, 2002, p. 37)

A Ação Popular tinha como método integrar as militantes mulheres em trabalhos em fábricas, enquanto que os militantes homens iam trabalhar nos campos, como “prática revolucionária da Organização” (PEDRO, 2017, no prelo), por conta disto, Derlei se integrou em uma fábrica têxtil no centro de Curitiba, onde ficou até maio do ano de 1969, momento em que foi enviada para viver em São Paulo, para fazer parte do trabalho interno da Organização, ou seja, trabalhar como secretária da AP. Como já explicitado antes, não poucas vezes as mulheres militantes atuaram na parte do “trabalho interno” das organizações, ficando responsável por funções de secretaria, cuidando de papéis ou servindo cafezinhos nas reuniões de dirigentes, geralmente masculinos.

Em São Paulo, Derlei ainda não havia mudado seu nome e nem entrado para a clandestinidade, somente em novembro de 1969, é que foi decidido que deveria entrar na clandestinidade novamente, por conta das prisões e dos processos que ocorriam em

---

<sup>18</sup> A clandestinidade foi, muitas vezes, um recurso utilizado para as atividades consideradas ilegais. O crime organizado, as atividades fora da lei foram desenvolvidos, em geral, na clandestinidade. Também são chamadas de clandestinas as pessoas que migram de forma ilegal para outros países. A atividade política tem gerado, também, formas de atuação clandestina. Desde o século XIX, sempre que ideias e atividades políticas foram tomadas como fora da lei, fossem elas de esquerda ou de direita, surgiram organizações clandestinas cujas existências envolveram muitas pessoas, que precisaram assumir outras identidades, visando fugir à repressão. Em vários momentos - e o período da ditadura militar no Brasil foi um deles -, partidos colocados na ilegalidade mantiveram suas atividades na clandestinidade. CF. PEDRO, 2017, no prelo.

seu nome. Entretanto, a decisão não foi concretizada, pois no mesmo mês Derlei foi sequestrada.

[...] dia 23/11/69, na Rua Vergueiro, SP, foi alguns dias depois da morte do Marighela, embora nosso grupo não tivesse nada a ver com o Marighela. Eu fui presa pela Operação Bandeirante, [OBAN] à noite, era um domingo, e me confundiram com uma pessoa chamada Maria Aparecida Costa, eu estava com os meus documentos verdadeiros, Derlei Catarina De Luca, conversando com José Carlos Zanete, num bar, na Rua Vergueiro, tomando guaraná, ele estava me pedindo em namoro. Acabei presa, confundida com a Maria Aparecida Costa, em nenhum momento perguntaram o meu nome. (DE LUCA, 2013, p. 3)

Por mais que Derlei estivesse “sendo pedida” em namoro quando foi sequestrada, as relações afetivas não eram permitidas dentro das organizações, já que nada deveria separar a militante da revolução. A AP não deveria ter casais, mas militantes, e é por isso que “[...] o amor à AP devia estar acima dos interesses pessoais” (SCHLATTER JUNIOR, 2011, p. 396), as questões sentimentais deveriam ser superadas pelo compromisso maior: a revolução. “Amor separado com lágrimas por uma exigência do partido o compromisso MAIOR” (DE LUCA, 2002, p. 41), neste poema escrito por Derlei quando foi separada do namorado, fica claro o que deveria ser maior na vida de uma militante: a organização.

É importante ressaltar isso, pois todas as vezes que Derlei fala de seu sequestro, ela relaciona o pedido de namoro ao mesmo, ou seja, não reduz sua experiência apenas ao fato do sequestro, mas, do contrário, reconta e revive os sentimentos íntimos e tudo o que permeou os momentos do sequestro. (JELÍN, 2002, p. 108)

As torturas contra Derlei tiveram início no caminho da Operação Bandeirantes, dentro do carro, chegando na lá, as torturas se intensificaram; “[...] conheci todo tipo de tortura que eles faziam: ‘pau de arara’, ‘choque elétrico’, ‘cadeira do dragão’, ‘palmatória’, ‘telefone’.” (DE LUCA, 2013, p. 2)

Embora Derlei diga em seu depoimento que tenha sido “presa”, naquele momento ela foi sequestrada, já que só foi fichada no DOPS aproximadamente noventa dias mais tarde:

[...] a “Operação Bandeirante” me transfere para o DOPS no dia 06/01/1970. Fui transferida para DOPS na companhia do Dr. Américo Lourenço Macedo Lacombe, que era Juiz Federal (sempre tem um juiz do lado). [...] O DOPS pede a prisão preventiva, encaminha para o juiz, porque até então ninguém era identificado, eu não tinha identificação. Se eu morresse a minha prisão não constava. A minha prisão passa a constar a partir do dia 06/01/1970, quando eles pegam as impressões digitais (DE LUCA, 2013, p. 3).

As pessoas não eram fichadas quando chegavam na Operação Bandeirante, por este motivo o Brasil tinha, no final do relatório da Comissão Nacional da Verdade, aproximadamente 210<sup>19</sup> pessoas desaparecidas. Como lembra Derlei, quem não foi fichado não consta, e isso se tornou uma arma a mais do regime imposto; sem corpos e sem registros, não haveria provas. Como foi presa por ser confundida com Maria Aparecida da Costa, assim que chegou no DOPS não foi mais interrogada e nem torturada; quando o DOPS pediu a prisão preventiva de Derlei, o juiz negou, pois, segundo ela, não havia elementos para a instauração do inquérito, “[...] mas eles não podiam me soltar porque eu era a prova de que eles torturavam”. (DE LUCA, 2013, p. 3)

Em seu depoimento, Derlei não deixou de ressaltar que passou por todas as torturas e permaneceu quieta como uma “laranja sem suco” (DE LUCA, 2013, p. 4), ela não foi a única pessoa que trouxe isso em seus depoimentos para a Comissão, parece que é preciso reafirmar a si mesma que foi importante para outras pessoas ter passado por todo o sofrimento e ter permanecido quieta, não ter prejudicado mais ninguém, não ter à sua frente uma companheira sendo torturada também.

Em seu depoimento à CEV Derlei, foi perguntada sobre as relações de gênero presentes nas torturas pelas quais passou, se havia alguma diferença entre torturas infringidas a mulheres e a homens:

[...] eles terem me torturado mais ou menos porque era mulher ou porque era homem, eu acho que eles torturavam todo mundo igual. Recebi choque, recebi choque na vagina, recebi choque no seio, mas não era por perversão sexual que eles faziam, eu acho, porque na época nem na situação, a gente podia detectar alguma coisa. (DE LUCA, 2013, p. 5)

Em setembro de 2015, ao ser perguntada sobre a mesma coisa em uma entrevista que cedeu para mim e minha colega Danielle Dornelles, Derlei diz que:

Não, não existia. E na época ninguém usava esses termos de gênero, ninguém nem pensava nisso, todo mundo apanhava igual, a diferença que eu acho é que mulher menstrua, né? Mulher menstrua e tu já pode menstruar só com o susto, né? Ela sente o próprio fedor, né? Mulher fica grávida, mulher que tem bebê, sai leite do seio, então a Rose, Rose Nogueira, ela tinha um bebezinho de três meses e na cadeia o leite corria e os caras riam porque a pessoa nua né? Então você imagina a mulher nua, menstruada, na frente de um monte de homem, eles ficam rindo, debochando, né? (DE LUCA, 2015, p. 7)

Ou seja, embora Derlei diga que não percebeu diferenças durante as torturas entre homens e mulheres, enquanto diz que “apanhava todo mundo igual”, em sua

---

<sup>19</sup> <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/comissao-reconhece-mais-de-200-desaparecidos-politicos-durante> acesso em 02/05/2017 às 19:13

entrevista ressaltou as especificidades biológicas do corpo feminino, como os choques nos seios e na vagina a tortura psicológica devido à menstruação e o aleitamento, e quando mulheres são humilhadas por esses motivos, “próprios” ao funcionamento do corpo feminino, existiu sim uma violência específica às mulheres. Além do mais, uma mulher na década de 1960, ficar completamente nua em meio a uma grande quantidade de homens estranhos, que estão rindo de partes específicas do seu corpo, é uma humilhação.

Alguns meses depois, ainda em 1970, quando seus ferimentos já estavam cicatrizados, Derlei foi liberada do DOPS.

Me levaram para rodoviária de SP, me colocaram no ônibus, e avisaram ao motorista que eu não podia descer até Florianópolis. Como eu tinha prisão preventiva em Florianópolis, eu desci no Estreito, do Estreito então fui até Tubarão, e de Tubarão caminhei até Içara pra entrar em contato com a minha família. (DE LUCA, 2013, p. 4)

Os depoimentos para a Comissão da Verdade, por se tratarem de memórias, trouxeram à tona tudo o que as depoentes julgavam importante dividir com outras pessoas, e é isso que faz com que cada testemunho seja único e que, através de cada pessoa, uma verdade seja contada e reconstruída, desta forma, temos muitas “verdades”. Para cada pessoa ouvida, a Comissão teve um significado e uma importância, Derlei expõe a dela:

Importância histórica apenas. A sociedade não se mobilizou. A sociedade brasileira prefere não enxergar o que aconteceu. Se a pessoa enxergar a Comissão vai perceber que foi OMISSA durante a ditadura. Por isso os mais velhos não querem saber. Porque ENXERGAR A COMISSAO significa comprovar sua omissão. (DE LUCA, 2017, por e-mail)

A importância histórica à qual se refere tem a ver com o fato de a Comissão Estadual ter conseguido, juntamente com as comunidades, trocar nomes de ruas, escolas e espaços públicos de torturadores e ditadores, para nomes de militantes e pessoas assassinadas pelo regime. Se enxergar a comissão é realmente comprovar a omissão da sociedade civil, em geral, será por isso que o trabalho da comissão não ficou tão conhecido? Continuamos a omissão, tendo o relatório da Comissão Estadual da Verdade já pronto e sendo pouco ou nada divulgado?

### 3.2 “Em cada depoimento revivemos tudo o que passamos” - Marlene de Souza Soccas

Marlene de Souza Soccas nasceu em Laguna, Santa Catarina, não tinha contato algum com grupos de esquerda até conhecer Paulo Stuart Wright, no final do ano de 1962<sup>20</sup>. Entretanto, desde criança já se sentia “tocada pelas desigualdades que havia na sociedade” (SOCCAS, 2013, p. 1). Antes de viajar para São Paulo, para fazer uma especialização profissional na área de odontologia, conheceu Paulo Stuart Wright e através dele conheceu e estudou Marx, Mao Tse Tung, entre outros autores que regerem a bibliografia e a teoria da Ação Popular, organização a qual, assim como Derlei Catarina De Luca, Paulo Stuart Wright pertencia.

Em São Paulo, Marlene conheceu de forma mais profunda a AP e articulou-se com outras companheiras e companheiros que já faziam parte desta, mas nunca chegou a entrar de fato, na organização.

Marlene foi sequestrada e levada para a OBAN no dia 10 de maio de 1970, estava na Avenida São João, em São Paulo, onde encontraria um companheiro, entretanto outro companheiro que havia sido preso relatou que haveria um encontro

[...] tortura é uma arma realmente muito eficiente e rápida pra se conseguir as informações, e é por isso que muita gente morre porque eles vem com muita violência pra cima da gente, e eu fui entregue por esse companheiro que depois ele confessou: Marlene eu não resisti, porque, como eu, estava tentando resistir. (SOCCAS, 2013, p. 3)

Assim como seu companheiro, Marlene também foi muito torturada.

[...] fui levada pra sala de tortura, e começa as torturas pela famosas palmatórias [...] dava a mão, a outra, aí eles se preocupavam de não quebrar nenhum dedo. Então quando eu dava a minha mão assim, eles diziam estica que é pra não quebrar, passa no cabelo que pra não fazer não sei o que, e eu ia passando.... A palmatória é assim, ela estoura os vasos [...] vai rebentando arteríolas, pequenas veias que a gente tem embaixo da pele, há uma hemorragia, parecia que a gente ficava com luvas roxas até aqui. (SOCCAS, 2013, p. 3)

Além desta prática da palmatória Marlene passou por outras práticas comuns na tortura durante esse período, como a cadeira do dragão, o pau de arara e os eletrochoques.

---

<sup>20</sup> Marlene não lembra com exatidão o ano que conheceu Paulo, segundo ela, pode ter sido final de 1962 ou início de 1963, a única certeza que tem é que o conheceu antes do golpe.



No *pau de arara*, com as pernas dobradas por horas e horas, com *afogamentos e choques elétricos*, a cabeça pendurada e os torturadores ainda te jogando coca-cola no nariz, como se estivessem brincando, dando gargalhadas, enfiando agulhas nas solas dos teus pés, gritando palavrões, suados, nervosos, reclamando do trabalho que têm que fazer, perde-se a noção do tempo e cresce a dúvida de até quanto tempo é possível conseguir viver nesta situação. (TELES, 2010, p. 288)

Ao comparar o trecho de Maria Amélia de Almeida Teles com o depoimento de Marlene, no que se refere à tortura, podemos perceber que, mesmo em diferentes lugares, ou em diferentes grupos de torturadores, algumas formas de torturas se repetiram, ao observarmos os depoimentos das mulheres que foram fisicamente torturadas, todas passaram pela cadeira do dragão e pelo pau de arara, essas formas de torturas são conhecidas como “clássicas”, já que eram repetidas em todo o país, sendo algumas vezes adaptadas para que as dores se intensificassem.

Segundo Marlene, é importante relatar que a primeira coisa que os torturadores faziam “era tirar toda roupa para nos quebrar a moral, para baixar, para deixar a gente confuso, desnorteado, envergonhado” (SOCCAS, 2013, p. 4), ou seja, através deste depoimento é possível observar o quanto que despir alguém, principalmente uma mulher, já desestrutura, uma vez que socialmente a nudez pública é uma forma de desvio de conduta.

O objetivo da tortura era fazer com que a pessoa torturada falasse tudo o que sabia e o que os torturadores queriam ouvir, por conta disso estes não poupavam violência e “dá vontade de falar tudo, de inventar estórias que possam acalmar os torturadores” (TELES, 2010, p. 288). Ao ser sequestrada Marlene estava com um bilhete dentro da bolsa que confirmava um encontro com um companheiro, chamado Marcos Arruda, depois de ser tão torturada a ponto de quase não mais aguentar, Marlene leva os torturadores ao encontro com seu companheiro. No caminho para o encontro pensou em diversas formas de suicidar-se.

Eu comecei a me sentir indigna de lutar, de participar da luta pelo povo brasileiro, contra a ditadura e pelo socialismo por uma revolução socialista. Eu comecei a me sentir incapaz, eu não posso mais, também não podia mais me encontrar com o Paulo. Como é que uma mulher covarde como que tinha sido tão frágil e não tinha sabido morrer até aquele momento, como é que eu poderia continuar na luta, eu me sentia incapaz. Então esse era o sentimento. (SOCCAS, 2013, p. 5)

Através deste trecho, fica visível que, além de toda a tortura física e psicológica praticada pelos torturadores, ela mesma se torturou, chegou até mesmo a denominar esse momento como “a pior tortura que dura até hoje”, são sentimentos de culpa e incapacidade que ela carrega consigo durante todos esses anos que se passaram.

Sobre relações de gênero e tortura, Marlene traz o seguinte:

Eu fui presa menstruada. Pensei que tal fato poderia amenizar minha barra. Quando os informei da minha condição, eles exigiram que eu mostrasse meu absorvente manchado de sangue, e tive que levantar a saia, descer a calcinha e mostrar o absorvente. Mas, as torturas começaram e continuaram do mesmo jeito, sem nenhuma consideração por eu ser mulher. (SOCCAS, 2017, por e-mail)

Menstruar é uma especificidade do corpo feminino, sendo assim, quando exigiram que ela mostrasse seu absorvente, já fizeram isso na intenção de que, além de que ela comprovasse, ela se sentisse humilhada e seu corpo fosse motivo de escárnio.

Marlene foi presa e transferida para o Presídio Tiradentes; no presídio começou a escrever cartas para denunciar as torturas que sofreu enquanto esteve na OBAN, para que ficasse registrado em algum lugar, já que, durante os julgamentos do Tribunal Militar, como não havia testemunhas, muita coisa poderia ter passado sem ser registrada. Uma de suas cartas chegou à Anistia Internacional.

Em todos os seus depoimentos Marlene falou muito em Paulo Stuart Wright, sendo que em muitos momentos ele se torna o protagonista de sua fala, que é graças a Paulo que ela adquiriu uma certa consciência política, já que, segundo ela, antes desse encontro, ela era apenas insatisfeita com as desigualdades sociais, sem nunca ter percebido o lado histórico e político nisso. Em seu depoimento para a Comissão Estadual, em específico, Marlene não poupou palavras todas as vezes em que falou no nome de Paulo (repetido 39 vezes). Se, de acordo com Portelli (1996, p. 3-4), “a subjetividade é a maior riqueza da fonte oral”, o que se pode concluir com o depoimento de Marlene é que seu período de militância é totalmente ligado e até mesmo (con)fundido com a sua vivência com Paulo Stuart Wright. Até o momento de encerramento deste trabalho não consegui ter certeza do tipo de relacionamento que Marlene teve com Paulo, entretanto, não ficam dúvidas quanto à sua grande admiração por ele, inclusive sua autobiografia leva o nome “Meu querido Paulo”.

Segundo Elizabeth Jelín (2002, p. 108), homens e mulheres têm habilidades diferentes no que condiz à memória: enquanto os homens tendem a ser mais sintéticos em suas narrativas, as mulheres tendem a expressar mais sentimentos, fazem mais referências ao íntimo e às relações pessoais, já que, segundo ela, “o tempo subjetivo das mulheres está ligado aos feitos reprodutivos e aos vínculos afetivos”. Enquanto que nos depoimentos de homens para comissão pouco ou nada se fala sobre os relacionamentos com outras pessoas, a não ser em um fato marcante, no depoimento de Derlei e Marlene fica visível essa “memória afetiva”.

Para Marlene Soccas, o trabalho da Comissão iniciou no ano de 1985, através do projeto *Brasil: Nunca Mais!* que reuniu militantes de todo o país, em busca de denúncias, além do movimento originado por Derlei Catarina De Luca para encontrar os restos mortais de catarinenses que estavam desaparecidos, como Arno Preis, e entregar para os familiares em Santa Catarina.

### 3.3 “Isso faz com que as pessoas se unam, se juntem” - Marize Lippel

Marize Lippel nasceu em Blumenau, Santa Catarina. A história de Marize difere um pouco das de Derlei e de Marlene, já que viveu em um momento político diferente das duas anteriores; ingressou na UFSC para cursar Farmácia e Bioquímica, no ano de 1976, ou seja, nesse período o AI-5 já havia sido revogado e o país vivia em um momento que Ana Maria Colling (1996, p. 23) chama de reabertura política. Ao entrar na universidade, Marize também adentrou no movimento estudantil, foi vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes, presidente do diretório acadêmico bio-médico e começou a militar no Partido Comunista Brasileiro, o conhecido Partidão, que durante todo o período do regime permaneceu ilegal.

Marize foi presa no ano de 1979, mais especificamente por conta do episódio já mencionado, que ficou conhecido como “Novembrada”, inicialmente foi um ato pensado pelo movimento estudantil, mas que rapidamente toda a população aderiu, “[...] no primeiro momento que as pessoas começaram a buscar os panfletos na nossa mão, eles tinham adesão tão voluntária que eles mesmos pegavam os panfletos e começavam a distribuir”. (LIPPEL, 2013, p. 2)

Estudantes que participaram do ato foram orientados por advogados para que voltassem às casas de seus pais, já que corriam o risco de prisão; embora o momento político (pós-Lei da Anistia) não fosse propício à prisão, as organizações do movimento estudantil, juntamente com advogados, chegaram à conclusão que deveriam ir para casa de seus pais para se, caso fossem presos, tivessem testemunhas.

Então, em 02/12/79 eu fui presa [enquadrada na Lei de Segurança Nacional] em casa, eram 5h e poucos da manhã quando chegaram na minha casa duas ou três agentes da policial federal, com mandato de prisão pra mim, para que o meu pai assinasse porque na época eu tinha 19 anos. Pra mim ainda é muito difícil, foi um momento muito complicado, até porque a minha mãe tava presente, e o meu pai já tinha sido preso uma vez, então eu sabia exatamente o que era a ocorrência, o que iria ocorrer. (LIPPEL, 2013, p. 3)

Diferente das companheiras, que foram sequestradas, Marize recebeu um mandato de prisão e foi encaminhada, em um Fusca, para a Superintendência Regional do Departamento da Polícia Federal da Capital. No caminho para a Polícia Federal iniciaram-se as torturas psicológicas. Como o pai de Marize já havia sido preso por ser militante do Partidão, ela carregava consigo o medo de passar por toda a tortura que ele passou.

Me jogaram no fundo, banco de trás, no chão do carro, e os dois, eu me lembro que eram muito altos, grandes, esses dois agentes da polícia federal, eles com uma metralhadora no meu pescoço, eu deitada de bruços, dizendo a todo momento que eu ficasse quieta porque aquilo era pra minha própria segurança, e eu me lembro deles darem muitas, muitas voltas eu não sabia para aonde eles estavam me levando. O que até então parecia que era um ato legal, com mandato de prisão, a partir daquele momento eu não sabia o que estava acontecendo comigo. (LIPPEL, 2013, p. 3)

Como em Florianópolis ainda não existiam celas femininas na polícia federal, Marize e outras companheiras foram encaminhadas para o hospital da polícia militar, onde ficaram presas durante quinze dias, sendo que desses quinze, oito ficaram incomunicáveis, inclusive sem contato com advogados.

Sim, tinham celas ali, já fazia parte da tortura psicológica deles pra gente, era um buraco completamente infecto, era um horror o local ali. A todo momento eu escutava deles que eu teria que dar nomes, os locais de reuniões, que eles sabiam que a gente fazia parte do partido comunista, e que os nomes deveriam vir, e pra isso eles usavam de que iriam prejudicar, sequestrar pessoas da minha família. (LIPPEL, 2013, p. 3)

Embora as torturas físicas não tenham acontecido, durante o tempo que esteve presa, as torturas psicológicas contra Marize não foram poupadas, principalmente pelo fato de o pai ter sido muito torturado fisicamente, durante o tempo em que ela ficou detida, esperava e acreditava que as torturas ainda poderiam acontecer, mesmo com a Lei da Anistia já em vigor.

Após saírem da prisão, o governador da época Jorge Konder Bornhausen proibiu expressamente que o grupo, que foi preso por participar do episódio conhecido como Novembrada, fosse admitido em empregos pelo executivo estatal. Estes tiveram até mesmo dificuldades em conseguir empregos nas áreas privadas. (LIPPEL, 2013, p. 6)

Em 25 de março de 1980, Marize foi intimada a comparecer na auditoria da 5ª região militar, em Curitiba, para depor no inquérito; ela e algumas companheiras que participaram do ato foram absolvidas no julgamento. Até mesmo por correrem o risco de perderem seus empregos e carreiras, é que Marize ficou, durante muitos anos,

vivendo com esse episódio de sua vida em silêncio. Por conta disso, para ela a Comissão Estadual teve uma grande importância, já que foi durante os depoimentos que muitas pessoas exteriorizaram pela primeira vez tudo o que guardaram desde o momento de suas prisões.

[...] tu exterioriza aquele sentimento, é um momento muito doloroso, o momento em que as pessoas abrem aquelas portas que estavam fechadas há muito tempo, é um momento doloroso pra muita gente [...] isso fez com que ela abrisse as suas portas e se reconhecesse no meio e visse que aquela dor que ela tinha, outras também tinham e isso minimiza muito a dor, isso faz com que as pessoas se unam, se juntem. (LIPPEL, 2017, p. 7-8)

Ao darem seus depoimentos essas pessoas se reconheceram enquanto grupo e se caracterizaram enquanto tal, construíram memórias, deram sentido ao que viveram, geralmente, situações parecidas, em tempos parecidos, desta forma os testemunhos dados neste momento foram narrados de forma que fizesse sentido tanto para quem contou, como para quem escutou (JELÍN, 2002, p. 80). Dessa forma, a Comissão da Verdade tem o papel de catalisar essas memórias, por conta disso adquire relevância na história do estado e do país.

Mesmo que estivessem presas no hospital da polícia militar, ficaram em quartos vigiados o tempo inteiro e só saíam para dar depoimentos, em carros separados para que não houvesse qualquer tipo de comunicação. A porta do quarto estava sempre aberta, assim como a porta onde era o banheiro, e eram vigiadas por homens armados o tempo inteiro, ou seja, mesmo nos momentos mais íntimos, como utilizar o banheiro, eram vigiadas por homens. Segundo Marize (LIPPEL, 2017, p. 9), os companheiros homens que foram presos junto com ela foram “mais bem tratados” (LIPPEL, 2017, p. 10); como ficaram presos na penitenciária, podiam receber visitas e todos os “lados bons” que isto incluía, como receber alimentos diversificados. Além disso, “eles saíam a noite para pescar junto com os carcereiros [...] os carcereiros botavam eles nos carros deles e levavam eles pra ir pescar”. (SOUZA, 2017, p. 10) Ao pensarmos nas relações de gênero que permeiam essas regalias, podemos observar uma certa cumplicidade masculina, já que com certeza se os guardas saíssem com as mulheres que estavam presas dentro de seus carros no meio da noite, não seria com o objetivo de pescar.

Para Marize, também, a importância da Comissão Estadual se deu pela construção da memória social, que ainda está sendo feita pelo Coletivo Memória, Verdade e Justiça, através de projetos para trocas de nomes de ruas e patrimônios

públicos de ditadores e torturadores por nomes de militantes, como já mencionado. Além disso, segundo ela, a Comissão Estadual realizou o reencontro de pessoas que há muito tempo não tinham contato e que, através da Comissão, têm o desejo de continuar no movimento social reacendido. A Comissão Estadual trouxe também para a sociedade coisas que estavam resguardadas aos porões ditatoriais, desta forma nos resta o questionamento, de que forma a sociedade está lidando com essas informações?

### **3.4 “Não deixamos de sofrer, de ser recriminadas” - Rosângela de Souza**

Rosângela de Souza, popularmente conhecida por Lelê, nasceu na região de Alto Paraná, estado do Paraná porque sua família, que morava em São José, região continental da Grande Florianópolis, estava investindo em negócios no estado vizinho; com o fim dos negócios, a família retornou a seu local de origem, no bairro Colônia Santana, em São José, onde ela cresceu. A partir deste trecho a chamarei pelo apelido de Lelê, que é como é conhecida dentro dos movimentos dos quais participa.

Lelê entrou na UFSC para cursar Letras no ano de 1975. Segundo ela “não fazia ideia do mundo que eu vivia”. (SOUZA, apud: FALCÃO, 2014, p. 370) Ela sabia que acontecia alguma “coisa errada” no país, mas até entrar na universidade não sabia que vivia em um regime ditatorial. Ao iniciar o curso, entrou em contato com o universo do movimento estudantil e passou a militar contra o regime e as opressões vividas na época, sua primeira militância foi no Movimento Feminino Pela Anistia, não de forma integrada, mas como apoio em passeatas e panfletando nos movimentos.

No ano de 1977, Lelê passou a cursar Direito e a trabalhar no Tribunal de Justiça. Assim como Marize, foi uma das estudantes presas em decorrência do evento da Novembrada, no ano de 1979. Diferentemente das outras presas, Lelê não fazia parte do Partidão.

Eu não era do partido comunista, primeiro eu fui do MEP [Movimento de Emancipação do Proletariado], depois entrei no movimento Pró-Partido dos Trabalhadores, brigava muito com a minha companheira Marize, ela era do Partido Comunista, e na prisão foi muito interessante, todos eram do Partido Comunista, a única pessoa que era do movimento pró-PT fui eu, acho que eles se enganaram, eu nem era dirigente. (SOUZA, 2013, p. 2)

Lelê foi presa na casa de seus pais, no bairro Colônia Santana, no dia 2 de dezembro de 1979, às seis horas da manhã. No período em que foi presa, ela morava

com uma colega no bairro Trindade, Florianópolis e todos os documentos clandestinos que tinha levou para casa da família. Três policiais foram prendê-la na casa de seus pais, em um domingo de madrugada, não porque sabiam que ela tinha ido para lá, mas porque esse era o endereço que estava na sua ficha de matrícula da universidade, ou seja, a Universidade Federal de Santa Catarina compartilhou essas informações com a polícia.

Diferente de Marize, Lelê diz que desde o momento em que foi presa tinha certeza de que nada de mal iria acontecer com ela, já que a Lei da Anistia havia sido aprovada em agosto do mesmo ano. Para ela, a própria prisão dela e dos demais estudantes foi um grande erro para o momento político em que se encontravam.

Estávamos incomunicáveis, ficamos durante 8 dias incomunicável [sic], não podíamos falar com ninguém, só interrogatório, e a gente cantava né Marise, ficava cantando, berrando, recitando poesias....Não podia ter livros, revistas, nenhum trabalho manual, e aí nós pedíamos para um senhor que cuidava de nós para ele trazer material de sabão, esponja, e escova, pra gente ficar lavando banheiro, ficava o dia inteiro esfregando as frestinhas do banheiro, lavando o chão, lavando o quarto, que era uma forma da gente se distrair, e cantávamos muito. No terceiro dia chega um policial federal da Bahia, era um homem imenso, era de etnia negra e ele batia na mesa, dava ponta pé, que nós tínhamos que falar, sinceramente eu não tinha o que falar. (SOUZA, 2013, p. 5)

Apesar de não ter sofrido nenhum tipo de tortura física, não foi poupada das torturas psicológicas e muito menos da violência de gênero, já que ao ser presa não podia urinar porque para ir ao banheiro alguém (um homem) da Polícia Federal teria de ir junto para vigiá-la, ficou presa durante 10 dias.

A prisão de cinco estudantes, presos por sua participação na Novembrada, fez com que pessoas saíssem às ruas para pedir a liberdade destes; em Florianópolis houve uma manifestação que acabou em truculência da parte da polícia, onde um argentino foi ferido por um tiro na perna, havendo movimentação deste tipo em até outros estados do país.

Em fevereiro de 1981, no julgamento em Curitiba, foi absolvida, mas após o promotor público recorrer da sentença foi, junto com Ligia Giovanella, foi enquadrada na Lei de Segurança Nacional, sendo absolvida só em 1982. Por trabalhar no Tribunal de Justiça, Rosângela passou por muita discriminação e ficou conhecida no trabalho como “terrorista”.

Pra mim, pessoalmente, não foi uma tragédia, principalmente porque minha construção política foi totalmente diferente da Marize, porque a Marize era do

Partido Comunista, né? Sofreu muita perseguição, teve muito amigo preso, eu não, eu sou de outra corrente política que foi menos perseguida, era menos poderosa, era uma coisa mais nova. [...] Então eu tinha certeza absoluta que nós não íamos ser torturados, eu tinha certeza... Que não ia acontecer nada, que eu não ia passar por nada, essa certeza eu tinha. (SOUZA, 2017, p. 9)

Lelê foi uma das pessoas nomeadas pelo governador do estado para compor a organização da Comissão Estadual da Verdade. Enquanto membra da Comissão, ela diz que o que move as pessoas a darem seus depoimentos é a tentativa de “não se deixar perder a história”, ou seja, não deixarem de contar suas versões e verdades, de serem ouvidas, já que algumas pessoas silenciaram sobre o que lhes ocorreu durante muitos anos, principalmente as mulheres, que durante muito tempo não tiveram espaço no discurso público, já que as vozes femininas eram confinadas à esfera privada. (SALVATICI, 2005, p. 34)



## **Considerações finais**

Durante toda a escrita de meu trabalho tentei responder à problemática inicial: De que forma as mulheres catarinenses participaram da Comissão Estadual da Verdade?, ao finalizar a pesquisa consigo concluir que, sem dúvidas, a Comissão Estadual não teria acontecido sem a participação destas, uma vez que foi através junção de muitas mulheres, que já participavam ativamente em movimentos pró direitos humanos, inclusive as mulheres do Coletivo Memória, Verdade e Justiça, que ela pôde acontecer.

Tentei perceber de que forma o governo do estado auxiliou para o funcionamento da Comissão e a conclusão que cheguei, através das entrevistas é que o governo não auxiliou de nenhuma outra forma além de ceder o espaço para as sessões, que ocorriam às segundas-feiras, e uma secretária. Como os membros da Comissão precisavam deslocar-se para ouvir pessoas de todo o estado, era necessária verba. Diferentemente da Comissão Nacional da Verdade, que recebeu ajuda de custos do governo federal exclusivas para isso, a Comissão Estadual contou apenas com o dinheiro dos próprios membros e verbas que muitas vezes foram destinadas pela OAB. Ou seja, a participação e o mérito que o governo estadual e o governador da época, Raimundo Colombo, tiveram em relação à Comissão são zero, uma vez que, se não fossem as pessoas que participaram enquanto organização e “por trás”, dando total amparo, certamente o trabalho não teria sido concluído.

Desta forma, as mulheres participaram da Comissão de duas formas, enquanto depoentes, durante as sessões e enquanto organizadoras, como Derlei e Rosângela e como auxiliadoras, como é o caso das mulheres que já participavam do Coletivo e que participaram de forma ativa na Comissão Estadual.

Segundo Elizabeth Jelín (2002, p. 112), todo o processo de dar voz as pessoas silenciadas faz parte da transformação do sentido do passado. Desta forma, as falas das pessoas que deram seus depoimentos para a Comissão, deveriam provocar alguma mudança social, sendo esta até mesmo um objetivo da Comissão. Dessa forma, termino esse trabalho com o seguinte questionamento, a Comissão, tanto em âmbito nacional

como estadual, conseguiu cumprir seu objetivo inicial? De que forma as pessoas estão utilizando, se é que estão utilizando, todo a riqueza de material que foi produzido pelas Comissões, já que esse é um período que ainda carece e muito de bibliografia?

A Comissão Estadual da Verdade doou toda a documentação levantada durante seu tempo de funcionamento para a Hemeroteca da Universidade do Estado de Santa Catarina, onde deverá ser digitalizada. O trabalho da Comissão não se deu por encerrado, as mulheres do Coletivo Memória, Verdade e Justiça continuam fazendo trabalhos para encontrar desaparecidos políticos e para mudarem os nomes de ruas e lugares que levam nomes de torturadores e ditadores.

Quanto ao protagonismo de mulheres tanto durante o momento que lutaram contra a ditadura, como na constituição e nos depoimentos para a CEV pode-se afirmar que, embora estas tenham se empenhado de forma árdua nessas duas temporalidades distintas, ainda há um apagamento muito grande de suas participações em ambos os momentos. Embora a CEV só tenha se concretizado graças a mulheres, carrega o nome de um homem, Paulo Stuart Wright, além disso, em seus dois anos de existência, a coordenação da Comissão mudou duas vezes e nas duas ficou a cargo de homens, sendo que fica claro nos depoimentos que, se não fossem as mulheres que a apoiaram de diversas formas, a Comissão não teria conseguido concluir seu objetivo. O questionamento que fica é, por que a Comissão não levou o nome de uma das mulheres catarinenses que travou uma luta tão árdua contra a ditadura, tanto quanto Paulo? Se Derlei Catarina De Luca foi tão importante tanto para Comissão como na luta contra a ditadura, por que que a coordenação da Comissão nunca ficou a cargo dela?

Derlei, Marize, Rosângela e Marlene continuam participando ativamente em movimentos sociais e em movimentos pró-direitos humanos e através do Coletivo Memória, Verdade e Justiça fazem palestras e dão apoio a movimentos, como as ocupações escolares que ocorreram no país em 2016, além disso pessoas do país inteiro entram em contato com elas para encontrar familiares desaparecidos na época da ditadura ou para saberem suas próprias histórias, como é o caso de pessoas que foram adotadas durante os anos do regime.

## Fontes

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. 11ª Reunião Ampliada da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Stuart Wright”. Depoimento de Derlei Catarina de Luca. Florianópolis, 05/09/2013.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. 11ª Reunião Ampliada da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Stuart Wright”. Depoimento de Marize Lippel. Florianópolis, 05/09/2013.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. 11ª Reunião Ampliada da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Stuart Wright”. Depoimento de Marlene de Souza Soccas. Florianópolis, 05/09/2013.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. 11ª Reunião Ampliada da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Stuart Wright”. Depoimento de Rosângela de Souza. Florianópolis, 05/09/2013.

DE LUCA, Derlei Catarina. <Assunto> **TCC sobre as mulheres na Comissão Estadual da Verdade**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: Thais Machado. Em 27 abr. 2017.

DE LUCA, Derlei Catarina. *Entrevista concedida à Danielle Dornelles e Thais Machado*. Florianópolis, 01/09/2015.

LIPPEL, Marize. *Entrevista concedida à Thais Machado*. Florianópolis, 22/02/2017.

NOTÍCIAS DO DIA. *Santa Catarina terá Comissão Estadual da Verdade*. Florianópolis, 03 mar. 2013. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/santa-catarina-tera-comissao-estadual-da-verdade> . Acesso em: 07 fev. 2017.

*O Estado*. Povo na Praça XV pede as Diretas. Florianópolis, 31/03/1984.

SOUZA, Rosângela de. *Entrevista concedida à Thais Machado*. Florianópolis, 22/02/2017.

SOCCAS, Marlene de Souza. <Assunto> **TCC sobre as mulheres na Comissão Estadual da Verdade**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: Thais Machado. Em 25 mar. 2017.

## Referências bibliográficas

AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Arquidiocese de São Paulo: prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns – 40. Ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da História. Especialidades e Abordagens*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CANABARRO, Ivo. *Caminhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV): memórias em construção*. Revista Sequência, 2014.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. A questão social no novo milênio. *Coimbra*: Centro de Estudos Sociais, 2004.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório Final*. Brasil. 2014.

CUYA, Esteban. *Las Comisiones de la Verdad en América Latina*. Disponível em: <<http://www.derechos.org/koaga/iii/1/cuya.html>>. Acesso em 20 fev. 2017.

DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do Autor, 2002.

DIAS, Reginaldo Benedito. A Comissão Nacional da Verdade, a disputa da memória sobre o período da ditadura e o tempo presente. In: *Patrimônio e Memória*. São Paulo: Unesp, v. 9, n. 1, p. 71-95, janeiro-junho, 2013.

FALCÃO, Luiz Felipe. Alegorias da verdade: esboços nas conexões entre História Oral e História do Tempo Presente sobre a resistência à ditadura e o processo de democratização do Brasil nas últimas décadas do século XX. *Revista Fronteiras*, v. 24, p. 87-109, 2014.

FALCÃO, Luiz Felipe. Militância nas margens: lembranças da resistência à ditadura e das lutas pela democratização. In: BRANCHER, Ana Lice; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Orgs.). *Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

GARCIA, Kauê Pisetta. “*Certamente houve excessos*”: Ditadura, violência e anticomunismo nos depoimentos à Comissão Nacional da Verdade (2011-2014). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado de Santa Catarina - Centro de Ciências Humanas e da Educação, 2016.

HENTZ, Isabel Cristina; VEIGA, Ana Maria. Entre o feminismo e a esquerda: contradições e embates da dupla militância. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, A. M.; (Orgs.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo veintiuno, 2002.

JOFFILLY, Mariana. Os *Nunca Más* no Cone Sul: gênero e repressão política (1984-1991). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, A. M.; (Orgs.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

JOFFILLY, Mariana. *No Centro da Engrenagem*. Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). 2008. 351f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo, São Paulo.

JOFFILLY, Olívia Rangel. Esperança equilibrada: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985). PUC, 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada. In: BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Orgs.). *Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

MARTINS, Celso. *Os quatro cantos do sol: Operação Barriga Verde*. Florianópolis: EdUFSC e Fundação Boiteux, 2006.

MERLINO, Tatiana. OJEDA, Igor. Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MIGUEL, Luís Felipe. *Revolta em Florianópolis: a novembrada de 1979*. Florianópolis: Insular, 1995.

PEDRO, Joana Maria. Viver o gênero na clandestinidade. In: ROVAI, Marta. *História Oral e Mulheres*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996.

RIDENTI, Marcelo. Intelectuais e romantismo revolucionário. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 2, p. 13-19, 2001.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2005.

SCHLATTER JUNIOR, Sérgio Luis. Sujeitos e amores: revolução e relações pessoais. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, A. M.; (Orgs.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Lembranças de um tempo sem sol. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios, 2013 (Coleção Entregêneros).

VEIGA, Ana Maria. Imprensa e censura nas memórias de jornalistas. In: BRANCHER, Ana Lice; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Orgs.). *Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

WOLFF, Cristina Scheibe; MACHADO, Vanderlei. Gênero e militância de esquerda. In: BRANCHER, Ana Lice; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Orgs.). *Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.